



santa maria da feira assembleia municipal

EDITAL N.º 5/2026/DAOA-AM

ADELINA DA CONCEIÇÃO SÁ PORTELA, Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira: -----

Torno público que, nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, se afixa, em anexo ao presente edital e do qual faz parte integrante, a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 19 de dezembro de 2025, aprovada na sessão ordinária de 20 de fevereiro de 2026. -----

Vai o presente edital ser afixado nos serviços de Atendimento Municipal e outro de igual teor ser publicado no sítio da Internet do Município de Santa Maria da Feira. -----

Paços do Concelho de Santa Maria da Feira, 23 de fevereiro de 2026. ---

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,

(ADELINA DA CONCEIÇÃO SÁ PORTELA)



João Cunha
R.

ATA N.º 4 – No dia 19 de dezembro de 2025, na cidade de Santa Maria da Feira, no Europarque, reuniu, às 20H50, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria Feira, presidida pela Sra. Presidente da Assembleia, Adelina da Conceição Sá Portela, e secretariada pelos(as) Sra.(as) José Carlos Pinto da Silva e Ana Patrícia Bastos da Cunha, respetivamente 1.º e 2.ª Secretários da Mesa, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Atas:**
 - Ata N.º 2 – Sessão Extraordinária de 21 de novembro de 2025 --
 - Ata N.º 3 – Sessão Extraordinária de 9 de dezembro de 2025; --
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;**
- 3 – Contrato-Programa a celebrar entre o Município e a Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira E.M., S.A, para 2026;**
- 4 – Contrato-Programa a celebrar entre o Município e a Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M., para 2026;**
- 5 – Contrato-Programa a celebrar entre o Município e a Associação Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira, para 2026;**
- 6 – Contratos interadministrativos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia;**
- 7 – Opções do Plano e proposta do Orçamento do Município para 2026;**
- 8 – Mapa de Pessoal para 2026;**
- 9 – Manutenção do Suplemento de Penosidade e Insalubridade para 2026;**
- 10 – Eleição do Presidente de Junta de Freguesia para o Conselho Municipal de Educação – quadriénio 2025-2029;**
- 11 – Designação de dois representantes na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais de Santa Maria da Feira. -----**



de Cuiabá
R.

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente – Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, e pelos Srs. Vereadores Mário Jorge de Castro Reis, Sónia Marisa Lopes Azevedo, Paulo Jorge Leitão Marcelo, Ana Beatriz Soares Pereira da Silva, Ana Cristina Prego Simões Ozório, Márcio Santos Correia, Sérgio Manuel Murteira Cirino, Maria Manuela de Jesus Ferreira Alves, e Luis André Dias Ferreira Assunção dos Santos. -----

Não esteve presente o Vereador Vítor Carlos Latourrette Marques.-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, começando por saudar todos os presentes bem como quem assistia à sessão via on-line. --- Anunciou que a sessão se encontra a ser transmitida, em direto e remotamente, depreendendo que os eleitos prestam o seu consentimento para o efeito, informando, ainda, que iria circular uma declaração para ser subscrita pelo público presente, para, dessa forma, ser prestado o consentimento em cumprimento do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD). -----

Dando início aos trabalhos, informou que os membros Paulo Samuel Carvalho Ferreira Pinto (PSD), Rodolfo Antero Oliveira Castro (PSD), Ana Rafael Lima Lamas Barros (PSD), Carlos Eduardo Soares de Seixas (PSD), e Domingos Manuel da Silva Florim (PS) comunicaram não poder estar presentes nesta sessão, pelo que, nos termos legais e regimentais, são substituídos pelos cidadãos imediatamente a seguir nas respetivas listas, do modo a seguir discriminado: -----

- Paulo Samuel Pinto: substituído pela Rute Marina Pinho Marques, -----
- Rodolfo Castro: substituído pelo Mário Jorge Soares da Silva Brito, -----
- Ana Lamas: substituída pelo José Miguel de Amorim Ribeiro, -----
- Carlos Seixas: substituído pela Raquel Resende de Andrade, -----
- Domingos Florim: substituído pelo Lécio Jorge Pereira Dias.-----

Informou, ainda, da entrada na Mesa dos pedidos de delegação de



Incunha
R.

representação para a presente sessão, formulados pelos Presidentes das seguintes Juntas de Freguesia: -----

- Argoncilhe: Pedro Alexandre da Silva Martins (PSD) – delegou a representação no Secretário do Executivo: Rui Filipe Guedes Pereira, -----
- Gião: Manuel Oliveira Leite (PSD) – delegou a representação no Secretário do Executivo: Óscar Manuel Pinto dos Reis. -----

Sendo assim, encontravam-se presentes, no início da sessão, 53 dos 61 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente: -----

Pelo Partido Social Democrata (PSD):-----

Adelina da Conceição Sá Portela; José Carlos Pinto da Silva; João Luís Almeida Cunha; Sandra Maria da Silva Castro; Jorge Manuel Fernandes Oliveira da Silva; Solange da Cunha Figueiredo; Armando de Fontes Teixeira; Minervina Ferreira da Silva Rocha; Roberto Pinto de Oliveira; Alexandra Patrícia Moreira da Rocha; António Perestrelo de Lima; Ana Rita Castro de Sousa; Rui Manuel de Azevedo Gomes Giro; Rute Marina Pinho Marques; Mário Jorge Soares da Silva Brito; José Miguel de Amorim Ribeiro; Raquel Resende de Andrade; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Rui Filipe Guedes Pereira; Arrifana – Joaquim Manuel dos Santos Teixeira; Caldas de São Jorge – José António dos Santos Ribeiro; Canedo – Licínio Francisco de Sousa da Costa Loureiro; Escapães – Ana Patrícia Bastos da Cunha; Fornos – César Jorge Pais Resende; Gião – Óscar Manuel Pinto dos Reis; Guisande – Johnny Devis Baptista de Almeida; Louredo – José Fernando Moreira; Lourosa – Miguel Ângelo Costa e Silva; Mosteirô – Luís Filipe da Cruz Soares; Mozelos – Catarina de Oliveira Silva; Romariz – Nuno Joel Valente de Sousa Rocha; São João de Ver – Nuno João Marques Soares Albergaria; São Paio de Oleiros – Maximino Francisco da Costa; Vale – Fausto Paiva dos Reis Sá; e Vila Maior – Andreia Silva Marques, -----

Pelo Partido Socialista (PS):-----



Fer
me Cunha
R

Susana Alexandra Lopes Correia; Daniel Tavares Gomes; Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto; Telma Mafalda Vieira Barbosa; Manuel Ferreira Santos; Joaquim de Freitas; Maria de Fátima Bastos Oliveira; Marco António Gomes Gonçalves; Lécio Jorge Pereira Dias; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Lobão – David António Henriques das Neves; Nogueira da Regedoura – Fernando Ferreira de Sousa; Pigeiros – António Alves Cardoso; Sanguedo – Avelino Pereira Oliveira Fontes; e São Miguel de Souto – Francisco Manuel de Oliveira Andrade, -----
Pelo Chega (CH): Juliana Catarina Pinho Carvalho; Ricardo Manuel da Silva Pinto; Júlia Maria Alves de Oliveira; e Sandra Sofia Sá Santos Moutinho, ---
Pela Iniciativa Liberal (IL): Rui Luís Campos de Oliveira.-----

Entraram no decorrer da sessão: José Moreira de Jesus Castro (PSD), e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Milheirós de Poiares – Manuel António Martins de Melo (Independente - IND), Paços de Brandão – Avelino Carvalho Costa (PSD), Rio Meão – Filipe Edgar Reis Dias (PSD), e Santa Maria de Lamas – André Filipe Vivas Ramalho da Rocha (PSD). -----
Faltaram à sessão, sem serem substituídos: Rui Alves Rios (PS), e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Fiães – Joaquim José Ferreira dos Santos (PSD) e da União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – Cristina Manuela Cardoso Tenreiro (PSD).-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

A **Sra. Presidente da Assembleia**, introduzindo este período, informou da existência de 6 documentos para serem apreciados – 3 do CH e 3 do PS – os quais, nos termos regimentais, foram remetidos aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão, bem como enviados, por correio eletrónico, aos membros desta Assembleia. De seguida, passou a palavra aos proponentes dos documentos, para procederem à apresentação dos mesmos.-----



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Interveio a deputada municipal **Sandra Moutinho** (CH), que apresentou e explanou os documentos que, seguidamente, se transcrevem:-----

“MOÇÃO – 50 ANOS DO 25 DE NOVEMBRO DE 1975-----

No dia 25 de novembro de 1975, Portugal viveu um momento decisivo da sua trajetória democrática. -----

Num contexto de imensa instabilidade política, social e militar, deu-se uma viragem que permitiu a Portugal e aos portugueses assegurar um Estado democrático. A importância deste dia reside não apenas na sua circunstância imediata, mas sim no controlo da crise militar, na reafirmação do mandato democrático das instituições civis, na garantia de que o caminho iniciado na Revolução de 25 de Abril de 1974 continuará.-----

Este ano, como marco do 50.º aniversário, o Estado português decidiu dar à data uma assinalável visibilidade institucional, tendo sido aprovada uma Resolução do Conselho de Ministros que determina a realização das comemorações do cinquentenário e a criação de uma Comissão específica para o efeito. Além disso, pela primeira vez com contornos solenes no Parlamento, a Assembleia da República assinalou oficialmente o 25 de novembro como data de memória democrática, o que sublinha o seu reconhecimento formal como momento fundacional da estabilidade democrática em Portugal.-----

Assim, celebramos o 25 de novembro como um dia de reafirmação dos valores da liberdade, do pluralismo, da legalidade democrática e da convivência cívica. Celebramos aqueles que defenderam um regime democrático e plural. Que neste 50.º aniversário recordemos acontecimentos de 1975 e que se reflita sobre o compromisso coletivo com a democracia, a participação ativa dos cidadãos, a de liberdade que construímos e que devemos preservar. Celebremos, com orgulho e responsabilidade, este dia que reafirma que, em Portugal, a liberdade conquistada em abril encontrou o seu firme complemento em novembro. -----

Celebrar o 25 de novembro é recordar a liberdade que conquistamos e que é



fer
Incluído
R.

da responsabilidade de todos preservar o que conquistamos. Por isso é importante compreendermos que todos os que tentem silenciar determinados eventos ou situações políticas estão indiretamente a atacar a democracia e a liberdade de expressão. Além disso, ocultar determinadas informações que passam para a população podem originar ideias erróneas ou distorcidas da realidade que vão contra todos os princípios de transparência e rigor. -----

O 25 de Novembro foi o momento em que Portugal disse CHEGA à tentativa de contrariar a vontade popular. -----

Assim, os eleitos do Partido CHEGA homenageiam com profundo respeito, todos os portugueses, militares e civis que garantiram a vitória da liberdade no 25 de novembro; -----

Enaltecem a coragem daqueles que impediram que Portugal caísse nas sombras do regime autoritário, ditatorial, repressor e antidemocrático. Assim, somos contra qualquer tentativa de restringir o pluralismo democrático, incluindo iniciativas que pretendam ilegalizar forças políticas legitimadas pelo voto popular. -----

Defendemos a democracia, os valores e as tradições dos portugueses em prole da nossa nação!" -----

"RECOMENDAÇÃO – CREF -----

O Grupo Municipal do Partido CHEGA na Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reconhece a necessidade de infraestruturas rodoviárias de forma a melhor direccionar e descongestionar o tráfego urbano que diariamente afeta a entrada e saída na Cidade de Santa Maria da Feira. ----

Reconhecemos também que esta obra estruturante e da maior importância para Santa Maria da Feira, é também uma obra que melhorará a fluidez do trânsito na EN223, sendo por tal uma obra de âmbito nacional e como tal o Estado Português deverá assumir a sua exequibilidade. -----

Assim, por indicação do Partido CHEGA de Santa Maria da Feira, o grupo



F
ma Cunha
R.

parlamentar do CHEGA na Assembleia da Republica, apresentou para o orçamento de estado de 2026, a Proposta de Lei n.º 37/XVII/1.ª (1623C), em anexo, e que contemplava que durante o ano de 2026, o Governo, através da Infraestruturas de Portugal, S.A., em articulação com a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, dará início aos procedimentos necessários à concretização da Circular Rodoviária Externa de Santa Maria da Feira (CREF), incluindo os estudos técnicos, ambientais e financeiros indispensáveis à sua execução, com vista a melhorar as condições de mobilidade, segurança e acessibilidade no concelho. -----
Esta recomendação foi apresentada na Reunião do Executivo da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, no dia 17 de novembro de 2025, e teve os votos favoráveis do Partido CHEGA e do PS. Apresentam-se extratos da ata da reunião ordinária do Executivo da Câmara de 17 de novembro. -----



42 - Construção da Circular Rodoviária Externa de Santa Maria da Feira (CREF) -----

O Sr. Presidente deu a palavra ao Vereador Luis André Santos, do Partido Chega, o qual apresentou e explanou a sua recomendação, relativamente ao assunto em epigrafe, datada de 07 de novembro de 2025, do seguinte teor: -----

“Proposta de Lei n.º 37/XVII/1.ª -----
(Orçamento do Estado para 2026) -----



*Inteiramente
R.*



O Sr. Presidente afirmou que, independentemente da forma como fosse apresentada, a Câmara votaria contra a construção da CREF, uma vez que não foi objeto de estudo, análise ou avaliação, sublinhando que a visão de planeamento da Câmara é diferente, porquanto, definiu como prioridade a execução do túnel da Cruz. -----

Sublinhou que, mesmo que a proposta do Partido Chega fosse aprovada na Assembleia da República, a Câmara Municipal manteria a sua posição de discordância, enfatizando o compromisso com a realização da obra considerada prioritária para o concelho. -----



Submetido o assunto a votação, constatou-se que votou a favor da recomendação em epígrafe, apresentada pelo vereador Luís André Santos, do Partido Chega, para além do proponente, os Vereadores Sérgio Cirino e Maria Manuela Alves. -----

Votaram contra o Sr. Presidente e os Vereadores Sónia Azevedo, Paulo Marcelo, Beatriz Silva, Vítor Marques e Ana Ozório. -----

Constatou-se, assim, que a Câmara Municipal deliberou, por maioria, rejeitar a recomendação apresentada. -----

A proposta de Lei n.º 37/XVII/1.ª (1623C) foi apresentada na Comissão na Assembleia da República no dia 26 de novembro de 2025 e teve os votos a favor do Partido CHEGA e do BE, a abstenção do PS, Livre, IL, PCP e PAN e o voto contra do PSD e CDS. -----

Apresenta-se de seguida informação sobre o mesmo, recolhida no site oficial



Insunha
R.

do parlamento.-----

<https://www.parlamento.pt/OrcamentoEstado/Paginas/DetalhePropostaAliteracao.aspx?BID=24871>-----

Grupo Parlamentar/Partido
Chega

Iniciativas/Artigos

☐ Iniciativas/Artigos

Artigo 136 º-A (Construção da Circular Rodoviária Externa Santa Maria Feira (CREF))

Votações

☐ Votações

☐ Votações em Propostas de Alteração

☐ 2025-11-26 - [PA 1623C] - (Rejeitado(a) em Comissão)

☐ Votação (Rejeitado(a))

☐ Proposta de Lei/Artigos

Artigo 136 º-A (Construção da Circular Rodoviária Externa Santa Maria Feira (CREF))

☐ Grupos Parlamentares

Partido Social Democrata (Contra)

Chega (Favor)

Partido Socialista (Abstenção)

Iniciativa Liberal (Abstenção)

Livre (Abstenção)

Partido Comunista Português (Abstenção)

Centro Democrático Social - Partido Popular (Contra)

Bloco de Esquerda (Favor)

Pessoas-Animais-Natureza (Abstenção)

Assim, o Grupo Municipal do Partido CHEGA na Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, solicita que esta recomendação seja aprovada pela Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, na reunião ordinária do dia 19 de dezembro de 2025. -----

Solicita-se também que o resultado da votação desta recomendação seja enviado para o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, Sr. Presidente da Assembleia da República, para os grupos parlamentares da Assembleia da República, bem como para os deputados únicos.” -----



“VOTO DE LOUVOR -----

O grupo Municipal do Partido CHEGA na Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, vem por este meio reconhecer, todas as estruturas concelhias que estiveram envolvidas em todas as operações de socorro e auxílio, no seguimento da tempestade Cláudia.-----

Na noite de 15 de novembro, o Concelho de Santa Maria da Feira foi fortemente atingido por esta tempestade e foram inúmeros os Feirenses que se viram afetados pelas chuvas e que atingiram os seus bens pessoais, os seus comércios e as suas empresas. -----

Estruturas da Proteção Civil do Concelho de Santa Maria da Feira, revelaram prontidão no auxílio a essas vítimas. Os Bombeiros Voluntários, PSP, GNR, Juntas de Freguesia, entre outros merecem o nosso reconhecimento e agradecimento.-----

Como tal, o grupo municipal do Partido CHEGA na Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, solicita que este Voto de Louvor seja aprovada pela Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, na reunião ordinária do dia 19 de dezembro de 2025.” -----

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS), que apresentou e explanou os documentos que, seguidamente, se transcrevem:-----

“MOÇÃO – PROPOSTA DE AUMENTO DE VAGAS NO ENSINO SUPERIOR - RISCOS PARA A COESÃO TERRITORIAL E SUSTENTABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES -----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão de 19 de dezembro de 2025, vem manifestar a sua preocupação relativamente à proposta constante do despacho de fixação de vagas para o ensino superior no ano letivo de 2026/2027, em particular o disposto no artigo 7.º, n.º 1, que prevê que o número total de vagas fixadas para os concursos nacional e locais possa exceder em até 10% o número de vagas iniciais do ano anterior. Considerando que: -----

1. O Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP) e



hacunha
R

o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) manifestaram publicamente a sua apreensão e discordância relativamente a esta proposta, alertando para os impactos negativos que a mesma poderá ter na sustentabilidade do sistema público de ensino superior; -----

2. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem vindo a expressar, por escrito, em debate na Assembleia da República e na comunicação social, sérias reservas quanto a um aumento indiscriminado de vagas, sem critérios territoriais diferenciadores; -----

3. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista enviou missiva aos Exmo(a)s. Sr(a)s. Presidentes de Câmara Municipal e de Assembleia Municipal alertando para o assunto e convidando os órgãos autárquicos a associarem-se a esta preocupação, no quadro de uma visão de desenvolvimento partilhado; -----

4. A intenção do Ministério da Educação, Ciência e Inovação de permitir um aumento até 10% das vagas, de forma generalizada e sem consideração pelas dinâmicas territoriais, ignora as profundas assimetrias existentes na procura do ensino superior em Portugal;-----

5. Tal medida tende a beneficiar desproporcionalmente as instituições de maior dimensão e visibilidade, localizadas sobretudo nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, em detrimento das instituições de menor dimensão, nomeadamente dos institutos politécnicos e das instituições situadas fora dos grandes centros urbanos; -----

6. A concentração de mais de metade da oferta nacional de ensino superior nas áreas metropolitanas, associada a um aumento generalizado de vagas, poderá agravar as assimetrias regionais, com efeitos negativos no desenvolvimento económico, social e demográfico dos territórios; -----

A experiência demonstra que, na ausência de critérios diferenciadores, os estudantes tendem a concentrar as suas escolhas nas instituições maiores, reforçando a centralização do sistema e fragilizando a sustentabilidade de várias instituições do interior;-----

Handwritten signature and initials



Em 2018, foi adotada uma estratégia responsável de redução de vagas nos principais centros urbanos, com o objetivo de promover uma distribuição territorial mais equilibrada dos estudantes e garantir igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior, decisão que contou com o envolvimento das instituições e dos municípios.-----

O ensino superior constitui um fator estratégico para o desenvolvimento dos territórios, para a fixação de população jovem e qualificada e para a coesão territorial, sendo por isso uma matéria de inequívoco interesse para o poder local e para as Assembleias Municipais. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira delibera: -----

1. Manifestar a sua preocupação com a proposta de aumento indiscriminado de vagas no ensino superior, sem critérios territoriais claros, pelos riscos que representa para a coesão territorial e para a sustentabilidade das instituições de ensino superior, em particular as localizadas fora dos grandes centros urbanos; -----
2. Apelar a uma maior reflexão e ponderação por parte do Governo, defendendo que qualquer decisão relativa à fixação de vagas deve respeitar o princípio da equidade territorial e ser acompanhada de mecanismos que previnam o agravamento das assimetrias regionais; -----
3. Reafirmar a importância do envolvimento dos Municípios e das Assembleias Municipais na discussão das políticas públicas de ensino superior, enquanto atores fundamentais no desenvolvimento dos territórios;
4. Determinar o envio da presente Moção às seguintes entidades: Ministério da Educação, Ciência e Inovação, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Comissão de Educação e Ensino Superior da Assembleia da República, Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP).” -----

“RECOMENDAÇÃO – DELIBERAÇÃO SOBRE O FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DA LAV - LINHA DE ALTA VELOCIDADE PORTO -



João Cunha
R.

LISBOA FASE 1 (TROÇO PORTO-SOURE)-----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária, vem, nos termos do disposto no artigo 47.º do Regimento da Assembleia Municipal, apresentar a seguinte Recomendação dirigida à Senhora Presidente da Assembleia Municipal: -----

Considerando que: -----

- 1) O projeto da Linha de Alta Velocidade (LAV) Porto-Lisboa, em particular o troço Porto-Soure, Fase 1, constitui uma infraestrutura estruturante de elevado interesse nacional, regional e local, com impactos significativos no território do concelho de Santa Maria da Feira, designadamente ao nível do ordenamento do território, mobilidade, ambiente, economia local e qualidade de vida das populações; -----
- 2) A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, por deliberação tomada em 30 de junho de 2023, no decurso do anterior mandato, aprovou a criação de uma Comissão de Acompanhamento do processo da LAV, com o objetivo de assegurar o acompanhamento próximo, informado e participativo do desenvolvimento do projeto; -----
- 3) A referida Comissão de Acompanhamento cessa funções com o termo do mandato autárquico, perspetivando-se o consenso entre os atuais eleitos, da necessidade da sua recondução no presente mandato;-----
- 4) O processo da LAV encontra-se em curso, mantendo-se atual e relevante a necessidade de acompanhamento institucional, político e técnico por parte da Assembleia Municipal; -----
- 5) O artigo 47.º do Regimento da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira prevê a possibilidade de constituição de comissões para acompanhamento de matérias de especial relevância para o concelho;-----
- 6) Na última Comissão de Acompanhamento da LAV, foi submetida uma moção à Assembleia Municipal, aprovada e endereçada a diversas entidades, entre as quais a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, na qual foi expressa a posição da Assembleia Municipal relativamente ao processo da



LAV, elencando um conjunto de preocupações relevantes; -----

7) Entre essas preocupações, no ponto 10) da referida moção, que se transcreve: -----

“Implementar um mecanismo de atendimento ao público para esclarecimento de dúvidas e atendimento de eventuais reclamações, contemplando um número suficiente de pontos de atendimento presencial, atendimento telefónico e através da internet”, evidenciando a importância de um acompanhamento próximo e transparente junto das populações afetadas. -----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira recomenda à Senhora Presidente da Assembleia Municipal que: -----

1. Seja deliberada sobre a criação da Comissão de Acompanhamento do Processo da LAV - Linha de Alta Velocidade Porto-Lisboa, troço Porto-Soure, Fase 1, para o atual mandato autárquico de 2025-2029; -----
2. A referida Comissão assegure a continuidade do trabalho desenvolvido no anterior mandato, acompanhando a evolução do projeto, promovendo o diálogo institucional com as entidades competentes e garantindo a defesa dos interesses do concelho e das populações potencialmente afetadas; -----
3. Seja garantida a representação proporcional das forças políticas com assento na Assembleia Municipal, bem como, sempre que pertinente, a audição de entidades externas relevantes; -----
4. A Comissão de Acompanhamento possa igualmente acompanhar e avaliar a implementação das preocupações e recomendações constantes da moção já aprovadas pela Assembleia Municipal, designadamente no que respeita aos mecanismos de informação, esclarecimento e atendimento ao público.” -----

“REQUERIMENTO – CONVOCAR O SECRETARIADO EXECUTIVO METROPOLITANO DA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista, nos termos do disposto no artigo 3.º, n.º 5, alínea a) do Regimento da Assembleia Municipal de Santa Maria



João Carlos
R.

da Feira, vem apresentar o presente Requerimento, requerendo a presença do Secretariado Executivo Metropolitano da Área Metropolitana do Porto (AMP) para comparecer perante a Assembleia Municipal, nos termos da lei, a fim de prestar esclarecimentos sobre as atividades desenvolvidas no âmbito da rede de transportes públicos UNIR. -----

Considerando que: -----

1) A Área Metropolitana do Porto (AMP), enquanto Autoridade de Transportes, é a entidade legalmente responsável pela organização, gestão e fiscalização da rede metropolitana de transportes públicos rodoviários de passageiros; -----

2) Em 1 de Dezembro de 2023 entrou em funcionamento o novo serviço comum de transportes públicos rodoviários da AMP, designado UNIR;-----

3) Desde o início da operação da rede UNIR se têm mantido relatos preocupantes e generalizados de insatisfação por parte dos utentes, incluindo no concelho de Santa Maria da Feira; -----

Entre as principais preocupações identificadas destacam-se, designadamente:-----

- Horários que não correspondem às necessidades das populações; -----
- Insuficiência de apoio e de qualidade no atendimento aos utentes; -----
- Falta de celeridade na resolução dos problemas reportados; -----
- Serviço de transporte escolar, em alguns locais, insuficiente ou inexistente;
- Existência de abrigos de autocarro sem condições aceitáveis de conforto e segurança; -----
- Défice de informação clara, acessível e atualizada sobre horários, percursos e eventuais alterações ao serviço;-----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, enquanto órgão representativo dos munícipes, deve acompanhar e fiscalizar matérias que têm impacto direto na mobilidade, no acesso aos serviços públicos e na qualidade de vida da população.-----

Nestes termos, o Grupo Municipal do Partido Socialista requer que: -----



João Cunha
R.

1. Seja convocado o Secretariado Executivo Metropolitano da Área Metropolitana do Porto para comparecer perante a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira;-----
2. A audição tenha por objetivo prestar esclarecimentos sobre:-----
 - O funcionamento atual da rede UNIR no concelho de Santa Maria da Feira;
 - As medidas adotadas para dar resposta às reclamações e constrangimentos sentidos pelos utentes; -----
 - As ações previstas para a melhoria do serviço, nomeadamente no que respeita a horários, transporte escolar, informação ao público, condições das paragens e apoio aos utilizadores;-----
3. Seja assegurado aos Grupos Municipais o direito de formular perguntas e pedidos de esclarecimento no decurso da audição.” -----

Posto isto, interveio o membro **Rui Oliveira** (IL), que disse, quanto à moção apresentada pelo partido Chega sobre o 25 de Novembro, que a IL acompanha esta moção num espírito de serenidade democrática e de memória histórica responsável, exatamente nos mesmos moldes em que o fez na Assembleia da República. Referiu que a IL entende que o 25 de Abril de 1974 e o 25 de Novembro de 1975 não são datas concorrentes nem opostas, bem, pelo contrário, são momentos complementares do mesmo processo histórico que se traduzem na conquista da liberdade e a consolidação da democracia em Portugal. -----

Mencionou que o 25 de Abril abriu as portas à liberdade, pôs fim a um regime autoritário e devolveu aos portugueses direitos fundamentais, e que o 25 de Novembro assegurou que esse caminho se fazia dentro de um quadro democrático pluralista e constitucional, garantindo que o poder político ficava definitivamente nas mãos das instituições civis legitimadas pelo voto. Disse que, para a IL, estas datas não pertencem a nenhum partido, a nenhuma ideologia ou a nenhuma cor política, pois são uma vitória do povo português, da liberdade individual, do pluralismo e da democracia



for
Inalberto
R.

representativa, e que rejeita leituras que procurem instrumentalizar a história ou transformar momentos de afirmação democrática em armas de divisão política. Realçou que a democracia se constrói com memória, e também, com responsabilidade e inclusão, pelo que assinalar os 50 anos do 25 de Novembro deve servir para reforçar um compromisso comum com a liberdade de expressão, com o respeito pelo pluralismo político e com a rejeição de qualquer forma de autoritarismo, venha ele de onde vier.-----

Reforçou que, nesse espírito, a IL acompanha esta moção, reafirmando a democracia portuguesa como uma conquista coletiva construída em Abril e consolidada em Novembro. Disse ser sobretudo na presente geração que reside a responsabilidade pela democracia, e nos jovens a esperança da sua manutenção, por entender que são eles e as próprias gerações que garantem que a liberdade conquistada não se perde, que a democracia se renova e que os valores hoje celebrados continuam vivos no futuro. Salientou que, por esse motivo, todos têm a obrigação de fazer melhor, de estar à altura da história herdada e de deixar um país mais livre, mais justo e mais democrático, apelando ao reforço do compromisso coletivo com esses valores. -----

Em relação ao voto de louvor no âmbito da tempestade Cláudia, informou que a IL vota, favoravelmente, ressalvando que, mais do que o sentido de voto, pretende deixar registado o seu reconhecimento pela prontidão, profissionalismo e sentido de dever demonstrados por todas as estruturas da proteção civil do Concelho, na resposta à tempestade. -----

Destacou o trabalho articulado entre bombeiros voluntários, forças de segurança, juntas de freguesia e serviços municipais, que permitiu minimizar danos e prestar auxílio rápido às populações afetadas. Referiu que a IL quer, igualmente, deixar uma palavra de reconhecimento ao vereador Vítor Marques, que tutela a proteção civil, bem como a todos os presidentes de junta e agentes envolvidos, salientando que não individualiza mais para não correr o risco de omitir alguém, por se tratar de um esforço



João Cunha
R.

coletivo que honra o Concelho. Realçou que a proteção civil cumpriu aquilo que lhe competia, e cumpriu bem, sendo por isso justo que este reconhecimento fique registado. -----

Quanto à recomendação sobre a circular rodoviária externa, deu nota de que a IL reconhece que a mobilidade é, atualmente, um dos principais problemas estruturais de Santa Maria da Feira, sendo uma realidade sentida por todos e reconhecida pelo executivo. Acrescentou ser um assunto já amplamente debatido nesta Assembleia, reforçando que a IL acompanha a preocupação expressa na recomendação relativamente à necessidade de melhorar a fluidez do trânsito e as acessibilidades à cidade. -----

Salientou, no entanto, que a ambição pelas infraestruturas deve caminhar lado a lado com o planeamento estratégico e a coerência territorial, comentando que o Plano Diretor Municipal se encontra ainda em discussão, o que levanta legítimas dúvidas quanto à exequibilidade imediata de uma infraestrutura desta natureza. -----

Disse não se saber ainda se uma circular rodoviária externa é compatível com a futura configuração rodoviária do PDM, se poderá entrar em conflito com projetos estruturantes de âmbito nacional, como o TGV, se poderá condicionar a linha do Vouga, ou se poderá condicionar soluções de mobilidade mais sustentáveis a médio e a longo prazo, pelo que, assim, não parece prudente à IL avançar com uma obra desta dimensão sem uma visão integrada e consolidada para o território. -----

Realçou que a IL não rejeita as soluções estruturantes, mas defende que estas devem resultar de um plano global de mobilidade, articulado com a Área Metropolitana do Porto, e não comprometer alternativas futuras que possam servir melhor o Concelho. Mencionou que, assim, a IL vota contra, não por discordância com o diagnóstico do problema, mas porque entende que a decisão deve ser tomada com base num quadro de planeamento, ainda em definição, sob pena de comprometer futuros investimentos. -----

Por último, referiu que, para resolver um problema urgente, deveria ser



João Cunha
R.

exercida pressão junto da direção do Hospital de São Sebastião no sentido de suprir o estacionamento pago, por forma a diminuir a pressão existente naquela zona do hospital.-----

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS), que, referindo-se à moção do Chega sobre os 50 anos do 25 de Novembro, sublinhou que a moção fala na “trajetória democrática” de 50 anos e na “liberdade que conquistamos e que é da responsabilidade de todos preservar”, acrescentando que espera que o Chega também sublinhe estas expressões. Referiu ainda que o Chega fala das memórias e de uma história responsável, motivo pelo qual informou que o PS se abstém na votação da moção, por entender que, nesta, o Chega se esqueceu da memória responsável. Salientou que, não acompanhando a moção, o PS abster-se-á, tendo em conta que se assinalam os 50 anos do 25 de Novembro. -----

Relativamente à recomendação sobre a circular rodoviária externa da Feira, disse compreender os argumentos da IL quanto à forma como deve ser concertada a resposta, mas informou que o PS vota favoravelmente a recomendação apresentada pelo Chega, por entender que, tendo em conta as atuais dificuldades de entrada e saída da cidade e a situação na zona do hospital, se trata de uma forma de deixar um sinal de alerta e de urgência ao Executivo, para que este pondere o que está a acontecer, em termos de mobilidade, na cidade de Santa Maria da Feira. Referiu ser por isso que o grupo municipal do PS a acompanha, não por se pronunciar sobre se deve ou não ser esta a via estruturante, mas sim como sinal ao Executivo de que a situação no local, em termos de mobilidade, se revela preocupante.-----

Concluindo, informou que o grupo municipal do PS acompanha ainda o voto de louvor apresentado no seguimento da tempestade Cláudia. -----

Interveio o membro **João Cunha** (PSD), que, relativamente à moção do Chega sobre o 25 de Novembro, disse tratar-se de um assunto já



*for
Instituto
R.*

amplamente discutido a nível local e nacional, referindo não estar em causa a memória do 25 de Novembro, nem a importância do 25 de Abril e do 25 de Novembro, mas sim o conteúdo da moção. Salientou que o grupo municipal do PSD, à semelhança do referido pela deputada municipal Susana Correia (PS), entende a moção mas, não estando totalmente de acordo, se abstém na respetiva votação. -----

Em relação à moção do PS sobre o aumento das vagas no ensino superior, considerou desajustado que esta Assembleia seja chamada a pronunciar-se sobre matérias de âmbito nacional. Referiu que está nesta Assembleia para representar Santa Maria da Feira e que, por diversas vezes, tem sido salientado neste órgão autárquico que a introdução deste tipo de temas em nada valoriza ou reforça os municípios, nem corresponde àquilo que os feirenses pretendem ver discutido. Salientou ainda que o documento menciona aumentos de 10% do número de vagas quando, segundo referiu, nesse mesmo dia, teria sido aprovado um aumento de 5%, pelo que considerou existirem imprecisões. Acrescentou que tal matéria não constitui competência da Assembleia Municipal, razão pela qual informou que o grupo municipal do PSD vota contra a moção. -----

Relativamente à recomendação do Chega sobre a CREF, disse que, conforme mencionado pelo membro Rui Oliveira, entende, também, que o assunto carece de planeamento e de estudo, acrescentando que é isso que a Câmara está a desenvolver, com foco na requalificação da zona urbana da Cruz. Referiu ainda que essa questão já teria sido respondida em reunião de Câmara, dando nota de que o grupo municipal do PSD vota contra a recomendação. -----

Quanto à recomendação do PS para a criação de uma comissão de acompanhamento do processo da Linha de Alta Velocidade, disse que a condição do PSD para a aprovar é que a mesma seja assegurada pelos membros da Comissão Permanente, por não considerar necessária a criação de estruturas adicionais. Salientou que, no mandato anterior, este modelo



João Cunha
R

funcionou bem, pelo que, se o grupo municipal do PS concordar com esta condição, o grupo municipal do PSD votará favoravelmente. -----

Relativamente ao requerimento, também do PS, para convocar o secretariado executivo metropolitano, chamou a atenção para o facto de, no mandato anterior, a Assembleia Municipal ter aprovado a criação da empresa TMP – Transportes Metropolitanos do Porto, responsável pela rede UNIR. Referiu, assim, que, para uma apreciação séria e construtiva e para uma fiscalização efetiva, entende o grupo municipal do PSD que, para aprovar o requerimento, também o conselho de administração da TMP deve ser chamado a estar presente nesta Assembleia. -----

Concluindo, aludiu ao voto de louvor a todas as entidades e pessoas envolvidas na sequência da tempestade Cláudia, que causou danos no Concelho, felizmente apenas materiais, para informar que o grupo municipal do PSD vota favoravelmente. -----

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS), que, relativamente ao proposto pelo membro João Cunha quanto à recomendação e ao requerimento apresentados pelo grupo municipal do PS, referiu que o grupo municipal do PS aceita que a comissão de acompanhamento do processo da Linha de Alta Velocidade funcione com os membros da Comissão Permanente. Em relação ao requerimento para convocar o secretariado executivo metropolitano, referiu que o grupo municipal do PS concorda que a audição seja complementada com a convocação do conselho de administração da empresa TMP – Transportes Metropolitanos do Porto, por entender que a presença de ambas as entidades permitirá um esclarecimento mais completo. -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** disse que, assim, a Mesa considera os dois documentos em referência, aditados das alterações discutidas, registando-se ainda que a deputada municipal Susana Correia fará chegar



João Cunha R.

a versão final dos documentos, que integrarão a pasta anexa desta ata.-----
De seguida, submetidos a votação os documentos em discussão,
verificaram-se os seguintes resultados:-----

- Moção (CH): *"50 anos do 25 de novembro de 1975"* -----
A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 5 votos a favor (CH:4,
IL), 0 votos contra e 48 abstenções (PSD:34, PS:14), aprovar a moção em
referência.-----

- Recomendação (CH): *"Circular Rodoviária Externa de Santa Maria da Feira
(CREF)"* -----
A Assembleia Municipal deliberou, com 18 votos a favor (PS:14, CH:4), 35
votos contra (PSD:34, IL) e 0 abstenções, rejeitar a recomendação em
referência.-----

- Voto de Louvor (CH): *a todas as estruturas concelhias envolvidas nas
operações de socorro e auxílio, no seguimento da tempestade Cláudia* -----
A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 53 votos a favor
(PSD:34, PS:14, CH:4, IL), aprovar o voto de louvor em referência.-----

- Moção (PS): *"Proposta de Aumento de Vagas no Ensino Superior - Riscos
para a Coesão Territorial e Sustentabilidade das Instituições"* -----
A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 14 votos a favor (PS),
34 votos contra (PSD) e 5 abstenções (CH:4, IL), rejeitar a moção a referência.

- Recomendação (PS): *"Deliberação sobre o funcionamento da Comissão de
Acompanhamento do Processo da LAV-Linha de Alta Velocidade Porto-Lisboa
Fase 1 (Troço Porto-Soure)"* -----
A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 53 votos a favor
(PSD:34, PS:14, CH:4, IL), aprovar a recomendação em referência com as



Manuel Melo
R.

alterações acordadas.-----

- Requerimento (PS): “Convocar o Secretariado Executivo Metropolitano da Área Metropolitana do Porto”-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 53 votos a favor (PSD:34, PS:14, CH:4, IL), aprovar o requerimento em referência com as alterações acordadas.-----

Entraram os membros Manuel Melo, José Castro e Filipe Dias. -----

De seguida, a Sra. Presidente da Assembleia possibilitou a cada grupo municipal usar da palavra para colocar questões à Câmara, se assim o entendessem, e de acordo com o tempo que restava a cada um. Feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro Rui Oliveira. -----

Interveio o membro **Rui Oliveira** (IL), colocando diversas questões ao executivo, sendo a primeira relativa à empresa SUMA. Referiu que, nos termos da cláusula 9.^a do último contrato, celebrado em 9 de julho, o adjudicatário se encontra obrigado a substituir os atuais contentores de lixo e a implementar um sistema digital, designado 360Waste, através da substituição dos contentores existentes por contentores inteligentes. Questionou qual o ponto de situação e se, num curto espaço de tempo, se prevê a respetiva implementação. -----

Referiu que a segunda questão se prendia com a transferência da responsabilidade de algumas estradas para o domínio público municipal, pretendendo saber se essa responsabilidade dizia respeito apenas à manutenção e conservação ou se envolvia também a necessidade de edificação ou de execução de obras nessas vias, com eventual impacto no orçamento municipal. -----

Salientou que a terceira questão se relacionava com o túnel da Cruz,



questionando se o executivo equacionava, pelo menos durante a execução da obra, solicitar a suspensão do pagamento de portagens na A32, por entender que tal poderia contribuir para o escoamento do trânsito nesse período.-----

Mencionou que a última questão dizia respeito ao futuro Centro Coordenador de Transportes, dando nota que, numa entrevista recente a uma rádio local, o ex-vereador António Topa Gomes referira que o Município já teria adquirido, ou sinalizado, dois terrenos para o efeito, um junto aos Passionistas e outro junto ao hipermercado Pingo Doce. Questionou se esses terrenos já haviam sido, de facto, adquiridos, bem como se existia um plano quanto ao local exato de implantação e para quando se previa o lançamento da obra. -----

Usou da palavra a deputada municipal **Susana Correia** (PS), tendo solicitado dois esclarecimentos. O primeiro incidia sobre a unidade de saúde mental da ULS de Entre Douro e Vouga, referindo ter conhecimento de que se tratava de uma obra da responsabilidade da ULS. Recordou que o assunto já fora debatido nesta Assembleia aquando do protocolo assumido pela Câmara na aquisição do terreno, acrescentando tratar-se de um investimento enquadrado no PRR. -----

O segundo esclarecimento incidia sobre a situação de trânsito na entrada e saída do Hospital de São Sebastião, na rotunda existente no local, pretendendo perceber se seria necessário aguardar pela obra do túnel da Cruz para se procurar resolver aquele constrangimento. Referiu que não lhe parecia tratar-se de uma situação pontual, questionando ainda se a ULS poderia ser envolvida na definição de uma solução para o problema, que afeta os utentes e os funcionários do hospital. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para prestar esclarecimentos. Começou por informar que, relativamente ao contrato com a SUMA e à



João Cunha
R.

implementação do sistema digital, a previsão transmitida pela empresa aponta para a sua concretização durante o próximo ano, 2026, referindo que a situação continuará a ser monitorizada. -----

Quanto à eventual transferência de estradas nacionais para a esfera municipal, esclareceu tratar-se de uma matéria de âmbito nacional atualmente, em discussão, indicando que, no quadro do debate entre os municípios e o Governo sobre a descentralização de competências, poderá vir a ser ponderada a passagem de algumas estradas nacionais para gestão municipal. Sublinhou que a posição generalizada dos municípios, à qual Santa Maria da Feira não será exceção, é a de apenas aceitar essa transferência se as infraestruturas forem entregues devidamente requalificadas e em condições adequadas ou, em alternativa, se for assegurado um envelope financeiro que permita a respetiva requalificação global. Acrescentou que, até ao momento, esta questão não foi colocada ao Município de Santa Maria da Feira de forma concreta, tendo sido abordada apenas em termos genéricos. -----

Relativamente à obra prevista para o túnel da Cruz, precisou que a intervenção se estende, em rigor, desde a A1/Cruz até Picalhos, referindo que, no programa exigido aos projetistas, uma das principais dificuldades identificadas é a definição de soluções para o escoamento e atravessamento da cidade durante o período de execução da obra. Indicou que este será um tema a debater de forma aprofundada com a equipa de projetistas, constituindo a maior dificuldade do projeto, tal como já sucedera no primeiro lançamento do concurso para contratação da equipa projetista. -----

Sobre a questão das portagens e das acessibilidades na Área Metropolitana do Porto, informou que o tema está a ser reavaliado pela Área Metropolitana do Porto junto do Governo e das entidades responsáveis pelas infraestruturas. Manifestou reservas quanto à eliminação de portagens, por entender não ser fácil obter concordância do Governo, salientando, contudo, que o Governo não dispõe de maioria absoluta e que, no último Orçamento



*Tracuda
R.*

do Estado, se verificaram alterações de posições, com aprovação da eliminação de portagens em mais estradas, nomeadamente, nas antigas SCUT.-----

Esclareceu que, com impacto no território de Santa Maria da Feira, está atualmente prevista a isenção de portagens na A41 para o trânsito de pesados em determinados períodos, sobretudo pelos efeitos que tal medida pode ter na VCI. Referiu não ser possível garantir soluções imediatas e acrescentou que, na sua perspetiva, mais relevante do que a A32 seria exercer pressão sobre a A29, por considerar que essa solução seria mais eficaz, permitindo aliviar a pressão sobre o centro da cidade e, simultaneamente, reduzir o impacto do trânsito de pesados no atravessamento da Estrada Nacional 1. -----

Relativamente ao Centro Coordenador de Transportes, explicou que, em articulação com o pelouro da Mobilidade, está previsto ocupar parte da rua situada entre o parque de estacionamento do Pingo Doce e a zona arborizada adjacente, bem como uma pequena parcela de terreno, assegurando o devido enquadramento paisagístico. Justificou a opção com o facto de já se verificar naquele local, por natureza, afluência de pessoas e estacionamento de autocarros, recordando que a solução já fora explicada no mandato anterior e comunicada aos senhores vereadores.-----

Acrescentou ainda que esta solução será complementada por outros três locais com elevada afluência de viaturas e autocarros – Hospital São Sebastião, Escola Secundária de Santa Maria da Feira e EB 2,3 de Santa Maria da Feira –, indicando que a estratégia de coordenação de transportes está a ser pensada para este triângulo, por ser onde se concentra a maior procura. Clarificou que o centro coordenador, com características mais próximas do existente em Lourosa/Fiães, será localizado na zona do Pingo Doce, confirmando que o terreno em causa é propriedade do Município. ----
Em resposta à intervenção da deputada municipal Susana Correia, esclareceu que a unidade de saúde mental é uma obra da responsabilidade



ft
Inês
R.

do Governo, através da ULS, sendo esta entidade a dona da obra e responsável pelo seu acompanhamento, acrescentando que a obra já se iniciou e se encontra em execução. Referiu que a questão também foi colocada pelos senhores vereadores e que se propôs inteirar-se do ponto de situação junto do Dr. Miguel Paiva, informando ter reunido com o mesmo e não dispor de qualquer registo de que a obra não esteja a decorrer dentro dos prazos expectáveis.-----

Quanto às dificuldades de trânsito junto ao Hospital São Sebastião, informou que tem mantido contactos com o presidente do conselho de administração da ULS e que os serviços técnicos da ULS e a Divisão de Rede Viária e de Trânsito (DRVTV) da Câmara realizaram várias reuniões, tendo já sido definidos alguns princípios. Explicou que uma das situações iniciais ocorreu em outubro, quando o parque de estacionamento destinado aos funcionários, com capacidade para cerca de 600 lugares, passou a ser pago. Salientou que o número de funcionários é superior à capacidade do parque, o que gerou perturbações nos primeiros dias, nomeadamente na Rua 5 de Outubro, mas que, segundo dados da PSP e dos serviços municipais, essas perturbações se encontram, atualmente e em termos gerais, ultrapassadas. Indicou que o problema ocorre entre as 9h00 e as 11h00, quando o parque de estacionamento destinado aos utentes fica completo, mantendo-se a tentativa de acesso ao parque para estacionar, o que provoca bloqueio da rotunda.-----

Referiu que estão a ser equacionadas várias soluções, incluindo a criação de uma entrada direta a partir da Avenida 5 de Outubro, junto à Universidade Sénior e à praça de táxis, estabelecendo ali uma zona exclusiva de entrada para o hospital, sem necessidade de passagem pela rotunda. Acrescentou ter sido solicitado ao hospital que a informação sobre a disponibilidade ou esgotamento do parque de estacionamento seja deslocada para a zona da rotunda, permitindo aos condutores verificar, atempadamente, se o parque tem lugares vagos ou se está completo. -----



João Curro
R.

Mencionou ainda a adoção de uma solução temporária que permitirá aos funcionários, na via de acesso ao hospital, com ligação à Rua 5 de Outubro, junto à zona da rádio Sintonia Feirense, efetuar retorno em caso de inexistência de lugares disponíveis e evitando outras manobras. Indicou igualmente que, no âmbito da unidade de saúde mental, foi pedido o recuo de muros para possibilitar a construção de uma rotunda de retorno, prevenindo interrupções da circulação nessa via. -----

Referiu que está também em análise, com a ULS, uma solução estrutural de maior alcance, consistente na duplicação da capacidade de estacionamento do hospital mediante a construção de um piso superior em estrutura metálica. Considerou tratar-se de uma solução viável e admitiu não lhe parecer provável oposição da tutela, por se tratar de um investimento com retorno em poucos anos, reconhecendo, contudo, que a sua implementação exige mais tempo. Informou que, enquanto estas medidas não se concretizam, o hospital solicitará à PSP que impeça o bloqueio da rotunda por viaturas quando o parque de estacionamento estiver esgotado, orientando os utentes para soluções alternativas.-----

Concluiu referindo que o Município, em articulação com o hospital, está a procurar soluções para a situação que, em determinados períodos, condiciona as acessibilidades ao centro da cidade de Santa Maria da Feira, indicando serem estes os esclarecimentos e pontos de situação possíveis de prestar no momento.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

1 – Atas: -----

- Ata N.º 2 – Sessão Extraordinária de 21 de novembro de 2025 -----

- Ata N.º 3 – Sessão Extraordinária de 9 de dezembro de 2025 -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** submeteu a apreciação dos senhores membros as atas em epígrafe, que lhes foram oportunamente disponibilizadas, dando nota que os membros que não estiveram presentes



Inc. L. 101
R.

nas referidas sessões não participam na sua votação.-----

- Ata N.º 2 – Sessão Extraordinária de 21 de novembro de 2025 -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 49 votos a favor, aprovar a ata em epígrafe. -----

Não participaram na votação, em virtude de não terem estado presentes naquela sessão, os membros Armando Teixeira, Raquel Andrade, José Miguel Ribeiro, Lécio Dias, Rui Filipe Pereira, Óscar Reis e David Neves. ----

- Ata N.º 3 – Sessão Extraordinária de 9 de dezembro de 2025 -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 34 votos a favor, aprovar a ata em epígrafe. -----

Não participaram na votação, em virtude de não terem estado presentes naquela sessão, os membros João Cunha, Susana Correia, Raquel Andrade, José Miguel Ribeiro, Rui Filipe Pereira, Óscar Reis, Filipe Dias, Joaquim Teixeira, José António Ribeiro, César Resende, Johnny Almeida, Fernando Moreira, Manuel Melo, Catarina Silva, Fernando Sousa, Nuno Rocha, Avelino Fontes, Nuno Albergaria, Francisco Andrade, Maximino Costa, Fausto Sá e Andreia Marques. -----

Entraram os membros Avelino Costa e André Vivas Rocha.-----

2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município --

A **Sra. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício, registado sob o n.º 18.695, em 11/12/2025, subscrito pelo Sr. Presidente da Câmara, referente ao V Relatório de 2025, o qual sintetiza a atividade e situação financeira do Município – documento oportunamente disponibilizado aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Interveio a deputada municipal **Juliana Carvalho** (CH) que, relativamente



Incidente
R.

à informação em apreço, referiu que o grupo municipal do Chega considerava importante apresentar algumas considerações e colocar algumas questões.-----

Referiu que o Município demonstrara um controlo eficaz da dívida de curto prazo, registando-se que o prazo médio de pagamento a fornecedores, em novembro de 2025, fora de 10 dias.-----

Assinalou o aumento da receita total, que ascendia a €163.932.419,17 até novembro de 2025, acrescentando que a dívida municipal, no mesmo mês, era de €4.510.233,68, valor significativamente abaixo do limite legal de €55.653.138,12 para o ano de 2025. Questionou se o Município estaria a aproveitar plenamente a sua margem de endividamento para financiar investimentos estruturais e de longo prazo com benefício para a população. Solicitou esclarecimentos sobre a variação do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), referindo que o mesmo subira para €14.261.532,46 até novembro de 2025, em comparação com anos anteriores, indicando, a título de exemplo, que em 2024 a receita fora de €8.173.241,33.-----

Salientou não compreender o que constava na rubrica “Outros Edifícios”, constante do quadro III do documento, no valor de €3.078.635,96.-----

Questionou, de seguida, qual o ponto de situação e os impactos esperados da requalificação urbana da Praça de São Miguel e da Avenida Dr. Crispim Teixeira Borges Castro, em Milheirós de Poiares, no valor de €1.683.758,55, bem como da requalificação do Centro Cívico de Nogueira da Regedoura, no valor de €1.596.703,99.-----

Referiu ainda que o grupo municipal do Chega pretendia perceber quais os motivos que justificavam a opção por procedimentos de ajuste direto ou de consulta prévia, em detrimento de concurso público, designadamente em contratos de valor mais elevado, como o relativo aos serviços de apoio e manutenção das aplicações Sigma, no valor de €201.386,61, e o relativo à aquisição de pneus e serviços de manutenção associados, no valor de



João Cunha
R.

€180.000,00. -----

Concluindo, questionou a justificação para a necessidade de trabalhos complementares em projetos como a requalificação da Avenida do Sarrilha, em São Miguel de Souto, no valor de €99.720,02. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para prestar esclarecimentos, começando por referir que o ponto em análise correspondia a uma informação sobre a atividade e a situação financeira do Município, tratando-se, por isso, de um documento de natureza essencialmente técnica, contabilística e orçamental, sem pretender proceder a avaliações políticas de fundo ou às grandes decisões tomadas pela Câmara, acrescentando que, ainda assim, procuraria responder às questões colocadas. -----

Relativamente ao prazo médio de pagamento, referiu que o facto de o Município pagar em cerca de 10 dias constitui um aspeto positivo, acrescentando que a menção feita pela deputada municipal Juliana Carvalho lhe parecera ter sido apresentada em tom elogioso. Indicou que, ao longo dos anos, os prazos médios de pagamento têm variado entre os 6 e os 12 dias, considerando tratar-se de bons prazos médios. -----

Quanto à arrecadação de receita, referiu tratar-se igualmente de um dado positivo, destacando que o Município apresenta uma dívida muito reduzida quando comparada com a de muitos outros municípios, dispondo de elevada capacidade de endividamento e de acesso ao mercado para eventual recurso a empréstimos destinados a investimentos futuros. Acrescentou que os investimentos têm sido realizados maioritariamente com recurso à capacidade financeira autónoma da Câmara Municipal, complementada por fundos comunitários, designadamente os do Portugal 2030 e do PRR, frisando que a baixa taxa de endividamento constitui sinal de solidez e robustez das contas municipais. -----

Sobre a receita do IMT, confirmou que a mesma registara um aumento de cerca de 56%, esclarecendo que esse crescimento refletia o dinamismo do



território, em particular no setor imobiliário, onde se verificava um elevado número de transmissões de imóveis, traduzindo-se num aumento da receita municipal. Referiu tratar-se de uma realidade que ocorre também noutros municípios, acrescentando que, em contactos com outros autarcas, tem sido reconhecido que este nível de receita é desejável.-----

Não obstante, frisou que, quer ele próprio, quer a vereadora das Finanças, bem como a Câmara Municipal no seu conjunto, mantêm uma postura prudente, por se tratar de uma receita muitas vezes conjuntural e associada a períodos curtos, razão pela qual essa prudência continuará a ser adotada. Relativamente à rubrica “Outros Edifícios”, informou que a informação poderia ser posteriormente desagregada e enviada à senhora deputada municipal, esclarecendo que estavam incluídas nessa rubrica, nomeadamente, as Unidades de Saúde Familiar, em número superior a 28 edifícios, e, eventualmente, uma ou outra escola. -----

No que respeita aos impactos esperados das requalificações a iniciar, explicou que se tratava de obras muito importantes para as respetivas juntas de freguesia e que, apesar dos transtornos temporários, resultarão numa melhoria significativa da qualidade e da centralidade das localidades, sobretudo nas áreas centrais. Destacou que as intervenções implicam, em grande parte, a substituição de infraestruturas subterrâneas, elétricas e de telecomunicações, bem como melhorias ao nível das acessibilidades pedonais, do ordenamento do trânsito, da segurança rodoviária e das condições de estacionamento, variando os impactos consoante a freguesia. Referiu, contudo, que o resultado será positivo para as populações, salientando que os presidentes de junta presentes na sessão têm vindo a manifestar a necessidade de início célere das obras, sendo os impactos aferidos pela melhoria da qualidade de vida e do espaço público. -----

Relativamente à Avenida do Sarrilha, referiu que, como em obras públicas desta natureza, têm surgido constrangimentos e trabalhos complementares submetidos à apreciação da Câmara Municipal. Esclareceu que tais



fer
João Cunha
R.

trabalhos são considerados necessários pelos órgãos de fiscalização da empreitada, acrescentando ser comum existirem empreitadas com trabalhos complementares, trabalhos a mais ou, em alguns casos, trabalhos a menos. Sobre a questão dos ajustes diretos, sublinhou a necessidade de um entendimento claro do Código dos Contratos Públicos, referindo que o ajuste direto não resulta da vontade discricionária de qualquer decisor político para escolher determinado fornecedor, tratando-se de um procedimento expressamente previsto no citado diploma legal, não devendo, por isso, ser apresentado como uma opção arbitrária. Indicou que a escolha do procedimento depende do valor em causa, existindo situações em que o recurso ao ajuste direto é obrigatório, como no caso referido do SIGMA, aplicação da Medidata instalada na maioria das câmaras municipais, esclarecendo ainda que o valor indicado correspondia a um período de três anos. -----

Acrescentou que a decisão de recorrer ao ajuste direto é sempre tomada com base no cumprimento rigoroso do Código dos Contratos Públicos, sendo qualquer opção alternativa obrigatoriamente fundamentada nos termos legalmente previstos. Sublinhou que estas decisões não se encontram na discricionariedade de nenhum vereador, do Presidente da Câmara ou do órgão executivo, existindo apenas uma exceção limitada para situações de manifesta emergência, que também carecem de explicação e enquadramento. Concluiu afirmando serem estes os esclarecimentos a prestar. -----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia Municipal apreciado a informação em referência.

3 – Contrato-Programa a celebrar entre o Município e a Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira E.M., S.A, para 2026 -----

4 – Contrato-Programa a celebrar entre o Município e a Feira Viva,



Cultura e Desporto, E.M., para 2026 -----

5 – Contrato-Programa a celebrar entre o Município e a Associação Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira, para 2026 -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu os assuntos em epígrafe, informando que, conforme acordado em sede de Comissão Permanente, os mesmos seriam apreciados em conjunto. Mais informou que o Sr. Presidente da Câmara não participa na discussão destes pontos, temas cometidos ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Mário Jorge Reis. O **Sr. Vice-Presidente da Câmara** explanou os pontos em referência, a que se referem as deliberações camarárias de 11 de dezembro de 2025 e restante documentação que as acompanham – oportunamente disponibilizadas aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Usou da palavra o membro **Rui Oliveira** (IL), que fez a intervenção que, seguidamente, se passa a citar:-----

“Começo por abordar a questão do contrato-programa a celebrar com a Associação Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira. Este contrato-programa revela uma opção clara deste município, na qual nós nos revemos totalmente: a cultura como um investimento estratégico no futuro dos jovens e, conseqüentemente, no futuro do nosso concelho. -----

Em Santa Maria da Feira, a cultura é entendida como conhecimento, formação de pessoas a criação de hábitos culturais, garantindo acesso, inclusão e coesão social. Não se trata apenas de eventos, mas de um trabalho contínuo que desenvolve o pensamento crítico, criatividade, identidade. Num mundo cada vez mais dominado pela tecnologia, este investimento valoriza aquilo que nos distingue das máquinas, a capacidade de pensar, criar interpretar e sentir. Investir em cultura é investir em conhecimento, investir em conhecimento é garantir desenvolvimento com sentido e futuro com humanidade. Num tempo de mudança acelerada é na cultura que formámos



João Cunha
R.

seres humanos únicos, capazes de pensar, criar e imaginar o amanhã. É por isso que este contrato-programa faz sentido e, conseqüentemente, colhe o nosso voto favorável. -----

Passando ao contrato-programa a celebrar com a Feira Viva, embora muitas vezes tenhamos a tentação de olhar apenas para os números ou para os grandes eventos que fazem parte da atividade da Feira Viva, não podemos apenas olhar para o presente contrato-programa nesse prisma. O contrato-programa da Feira Viva para 2026 deve ser analisado tendo em conta a diversidade da missão desta empresa municipal. -----

A Feira Viva, para além do Perlim, da Viagem Medieval ou Imaginarius, é também ela responsável pela gestão diária de serviços públicos essenciais, como a Natação Adaptada, as piscinas municipais, os pavilhões desportivos e outros equipamentos de utilização regular pela população. Sabemos que, para 2026, está previsto um subsídio à exploração de 3 milhões e 161 mil euros, e que este valor é avultado, mas reconhecemos tratar-se de um investimento relevante para o Município, que financia não só os eventos de grande visibilidade, mas também os serviços públicos permanentes, cuja lógica não pode ser apenas económica, mas também ela social e cultural. --
Acho que tenho a liberdade para afirmar que todos gostaríamos de poder chegar aqui e dizer que a Feira Viva é autossustentável e que não necessita da transferência destas verbas. O contrato define como objetivo que as receitas próprias representem mais de 55% dos gastos totais, este é um objetivo positivo, que importa reconhecer, porque nem todas as áreas têm a mesma capacidade de gerar receita, sobretudo aquelas que têm uma forte função social, como a Natação Adaptada. Por isso, é importante que a avaliação de desempenho distinga, claramente, entre atividades de mercado e atividades de serviço público. -----

Se, na ótica macro do que consubstancia o presente contrato-programa, não temos nada a apontar, há, no entanto, algumas questões que gostaria de colocar, nomeadamente no que toca à gestão do pavilhão Fernando



hecurha
R.

Quintino, conhecido como pavilhão da Lavandeira. A primeira questão é se não faria sentido que o mesmo estivesse afeto prioritariamente ao hóquei em patins e patinagem, na medida em que é o único pavilhão do concelho com piso para a prática deste desporto. A segunda questão, se a gestão do mesmo deverá ser entregue, ou não, ao Clube Académico da Feira, e a terceira questão, se faz sentido que os campos de ténis nesse complexo se encontrem ao abandono, e se existe algum plano de reabilitação específico para o local. Posto isto, é nosso entendimento que a Feira Viva deve ser enquadrada como um verdadeiro instrumento de política pública municipal, tal como a Biblioteca Municipal, onde ambas prestam um serviço que promove a inclusão, acesso universal e coesão social. O seu valor, como já disse, não se deve aferir apenas nos resultados financeiros, mas no impacto direto na qualidade dos munícipes, bem como na projeção, também ela, do nome de Santa Maria da Feira, cujo valor é extremamente difícil de apurar. -----
Termino, talvez imbuído pelo espírito natalício, afirmando que é neste espírito de transparência e reconhecimento do papel social que ambos os contratos-programa aqui demonstram, que faço esta intervenção, manifestando o nosso sentido de voto favorável.”-----

Usou da palavra a deputada municipal **Juliana Carvalho** (CH), que fez a intervenção que, seguidamente, se passa a citar:-----
“Relativamente ao contrato-programa a celebrar entre o Município e a Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, o grupo municipal do partido Chega vota a favor e, por isso, é importante fazer algumas considerações. O Município compromete-se a atribuir à Sociedade de Turismo um subsídio à exploração no montante de 300 mil euros, para o ano 2026, destinado a cobrir despesas gerais de exploração e conceder benefícios aos munícipes. -
A Sociedade de Turismo compromete-se a implementar programas de termalismo social, como o programa Termas Para Todos, com desconto de 15% para residentes nos programas terapêuticos de 15 dias, programa



ft
Incunha
R.

Termas Para Quem Mais Precisa, descontos adicionais para seniores, crianças, jovens e munícipes com incapacidade, e projetos-piloto como o programa Kids Para Todos e o programa Bem-Estar Mental. Louvo a inclusão de programas sociais específicos, como o Termas Para Todos e o Termas Para Quem Mais Precisa, pois este contrato garante o acesso à saúde e bem-estar para os munícipes, em especial para os mais vulneráveis, seniores, crianças, jovens, pessoas com deficiência ou doentes.-----

O subsídio de 300 mil euros para 2026 é um investimento essencial para a manutenção e desenvolvimento das Termas de São Jorge, como um ativo estratégico para o turismo e a economia de Santa Maria da Feira. O contrato estabelece indicadores de desempenho e eficiência claros, como o aumento de clientes, a satisfação dos termalistas e o objetivo de 55% dos gastos totais sejam cobertos por receitas próprias, o que permite uma avaliação rigorosa do desempenho da Sociedade de Turismo.-----

Relativamente ao contrato-programa a celebrar entre o Município e a Feira Viva, Cultura e Desporto, o grupo municipal do partido Chega irá apresentar algumas considerações e uma questão. No ano 2026 o Município atribuirá à Feira Viva um subsídio à exploração no montante de 3.161.771 euros. Vemos com bons olhos a meta de 55% de autonomia financeira, pois, demonstra um compromisso com a saúde das contas públicas, e o compromisso da Lei das Empresas Locais. No entanto, solicitamos ao Executivo que clarifique se este esforço de receita será feito através da captação de novos públicos e patrocínios, ou se recairá sobre o aumento das tarifas pagas pelos munícipes de Santa Maria da Feira nos serviços, equipamentos e bens culturais municipais. -----

Observa-se também um foco nos grandes eventos, como, por exemplo, a Viagem Medieval e o Perlim, em detrimento de atividades de base, cultura e desporto para as freguesias. Além disso, é importante que sejam acessíveis para as famílias locais, não se tornando apenas produtos turísticos, mas mantendo a sua raiz comunitária.-----



Macunha
R.

Relativamente ao contrato-programa a celebrar entre o Município e a Associação de Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira para 2026, o grupo municipal do partido Chega vota a favor, contudo, é importante fazer algumas considerações e questões. Este contrato é um investimento nos nossos jovens músicos, é dar-lhes palcos e condições para ensaiarem e atuarem na sua terra, evitando que tenham de sair do concelho para encontrar projetos de qualidade. -----

O nosso voto favorável é, acima de tudo, um voto de confiança nos músicos e nos maestros que nos elevam o nome de Santa Maria da Feira. -----

Temos também interesse em saber quantos destes concertos gratuitos vão acontecer nas freguesias mais distantes do centro. Se o objetivo é formar públicos, não deveríamos levar a orquestra às escolas e às associações de todo o Concelho?" -----

Interveio a deputada municipal **Telma Barbosa** (PS), que disse o que se passa a citar: -----

“Em 1.º lugar, não posso deixar de congratular os atletas de mérito desportivo, aliás, não posso deixar de parabenizar todos os atletas, equipas, e clubes do Município. O vosso trabalho é, sem dúvida, um motivo de orgulho para todos os feirenses. Mas, também, nesta senda, não posso deixar de referir que para que este atletas, estas equipas e estes clubes nos continuem a orgulhar, o Município tem de estar mais atento e ser mais pró-ativo na gestão das infraestruturas desportivas. Para termos atletas de sucesso, temos de investir na sua formação, e garantir-lhes as melhores condições possíveis para treinarem. -----

Aproveito ainda o ensejo para felicitar a empresa municipal Feira Viva e o seu trabalho em prol do desporto e do desenvolvimento social e cultural de Santa Maria da Feira, pese embora ainda exista muito trabalho pela frente. O fomento de práticas e estilos de vida saudáveis são essenciais para atuarmos preventivamente na saúde de todos os feirenses. E aqui, com



João Cunha
R.

sinceridade, temos falhado. Em Santa Maria da Feira continuam a não existir planos municipais estratégicos para a saúde e para o desporto. Além disto, e não obstante os bons resultados que reconhecemos, como tenho defendido, a suficiência nunca nos deve bastar. Devemos ser inquietos, insatisfeitos por natureza e incessantes pela busca de melhores respostas nos serviços fornecidos aos feirenses. Há sempre onde melhorar, há sempre como melhorar. -----

Assim, analisado o contrato-programa a celebrar entre o Município e a sobredita empresa municipal, não podemos deixar de referir que este nos parece pouco ambicioso e com falta de concretização, conceitos vagos e pouco claros, aporta uma execução do contrato menos vantajosa do que aquela podia ser. É até estranho que sendo Santa Maria da Feira governada por um partido de direita, falta em critérios usualmente utilizados na gestão privada, a fixação de metas e objetivos. -----

Por este motivo, o Partido Socialista recomenda que, em versões futuras, se troque a palavra “aumentar”, aumentar taxas, grau de satisfação, volume de negócios, por objetivos e metas concretas. Aumentar o quê? Concretizemos. A boa execução de um contrato está diretamente relacionada com a sua boa preparação e negociação. Quanto mais concreto for um contrato, como o Sr. Presidente bem sabe, até pela sua formação académica, mais certeza e segurança jurídica terá a relação contratual.-----

Além disto, e aproveitando a minha juventude, não posso deixar de referir que para um município com a nossa dimensão, estamos muito aquém no que concerne à comunicação digital. Comunicamos pouco e comunicamos para poucos. A diminuta presença digital impacta diretamente no alcance das nossas medidas, não chegam a todos, não chegam aos feirenses, e na promoção do nosso município. E, neste ponto, reflete-se a pouca ambição que vos dizia há pouco. A empresa municipal Feira Viva tem aproximadamente 3.596 seguidores no Instagram e 10.000 seguidores no Facebook, números estes claramente residuais face à população residente



Handwritten signature
R.

em Santa Maria da Feira. E o que contempla este contrato-programa sobre isto? O Município pede que a Feira Viva se comprometa a alcançar um aumento de 1% nos utilizadores e seguidores nas redes sociais, de forma a incrementar a sua presença nas redes sociais e a sua visibilidade, as suas atividades e a sua interação com os diversos seguidores. -----

Sr. Presidente, 1% resulta num aumento anual de 36 seguidores no Instagram e 100 seguidores no Facebook, supondo que este número é em face ao número de seguidores atuais, porque o contrato também não precisa, porque mais uma vez é pouco claro. Para um concelho que se quer vibrante e com maior presença nas redes sociais, isto é francamente pouco ambicioso e um reflexo do conformismo que vivemos. Temos de chegar a mais feirenses, elevar a presença de Santa Maria da Feira nos meios digitais, e isso consegue-se com mais e melhor comunicação, o que o Sr. Presidente bem sabe, porque é assíduo, e bem, na sua autopromoção nas redes sociais. ----

Vamos implementar a mesma dedicação e a mesma motivação na elevação do nome e dos serviços do nosso município. Vamos afirmar o nome de Santa Maria da Feira e tornar-nos cada vez uma referência maior na cultura e no desporto português. -----

Por fim, não podemos deixar de referir que vemos com preocupação o aumento dos preços na Viagem Medieval, nas piscinas municipais, no Europarque e no Parque Ornitológico de Lourosa. Numa altura em que a cultura e o desporto, muitas vezes são um luxo, tememos que estas medidas agudizem esta situação e afastem os feirenses.” -----

Interveio o membro **Marco Gonçalves** (PS), que se referiu ao contrato da Associação da Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens, considerando tratar-se, conforme anteriormente mencionado pelo membro Rui Oliveira, de um projeto meritório do Concelho e de uma aposta conseguida. Acrescentou que o projeto se aproxima dos 30 anos de existência, o que, no seu entendimento, significa que já existe uma geração de músicos, naturais do concelho, que



ma c. r. b.
R.

beneficiou das condições proporcionadas pelo Município para o seu percurso e currículo, levando essa experiência para o país e para o estrangeiro. -----

Referiu ainda que, para além da formação pessoal e artística, o projeto contribui para reforçar a ligação comunitária, por promover a união entre pessoas, entidades e freguesias, criando grupos e fortalecendo a coesão local. Considerou este aspeto particularmente relevante no contexto atual, por entender ser importante reforçar a ligação à comunidade. -----

Sublinhou, contudo, que essa mesma comunidade nem sempre consegue acolher todos os concertos da Associação, por o Município não dispor de um número suficiente de auditórios com capacidade adequada. Referiu que a Orquestra e a Banda integram muitos elementos e que nem todos os auditórios existentes conseguem receber formações dessa dimensão, considerando esta limitação lamentável. Acrescentou que seria desejável existirem mais auditórios e de maior qualidade no Município, mas que, presentemente, tal não se verifica. -----

Esclareceu que a sua intervenção visava apresentar uma sugestão de melhoria que já havia transmitido no ano anterior ao Vereador Gil Ferreira e que, agora, pretendia reiterar junto dos Vereadores, Paulo Marcelo e Beatriz Silva. Referiu que, tendo em conta a robustez financeira do Município anteriormente mencionada, o investimento na cultura e na educação destes jovens não seria, no seu entendimento, especialmente elevado. -----

Recordou que, numa fase inicial, aquando da criação da Orquestra, era atribuído um subsídio às escolas de música com o objetivo de isentar os alunos do pagamento de propinas, explicando que este modelo se tornou obsoleto com a integração do ensino articulado da música, que assegura esse ensino, em termos gerais, até ao 9.º ano de escolaridade. -----

Referiu que, a partir do ensino secundário, muitos jovens seguem outros percursos, não prosseguindo todos no ensino articulado da música, optando alguns pelo ensino supletivo, o que lhes permite manter um currículo escolar regular, mas implica o pagamento de um valor significativo para a formação



musical. -----

Nesse sentido, considerou pertinente retomar o modelo de atribuição de bolsas aos alunos do ensino secundário, defendendo que seria mais benéfico para os músicos do concelho receberem esse apoio sob a forma de bolsa destinada ao pagamento de propinas, - em vez de um apoio financeiro genérico. Concluiu que esta solução permitiria uma melhor relação custo-benefício para os músicos e, a médio e longo prazo, também para o Município, deixando a sugestão à consideração do executivo. -----

Interveio o membro **Jorge Silva** (PSD) que leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, que se transcreve: “Na discussão destes três pontos em conjunto, o que está verdadeiramente em causa são opções e decisões. Permitam-me que aborde inicialmente o ponto 5, relativamente ao Contrato-Programa a celebrar entre a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e a Associação Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira.-----

Em relação ao ponto em apreço, naturalmente nos congratulamos com o apoio contínuo que a Câmara Municipal tem dado a este projeto, que demonstra a vitalidade cultural do Concelho, mas também potencia o trabalho de exceção que é feito pelas 4 Bandas Filarmónicas do Concelho (Arrifana, Lobão, Souto e Vale), pelas Academias de Música de Santa Maria da Feira e Paços de Brandão e pelo Conservatório de Música Terras de Santa Maria.-----

Assistimos ao longo deste ano a uma renovação significativa e consequente rejuvenescimento da Orquestra e Banda Sinfónica. É bom lembrar que o nosso Município alberga e apoia uma orquestra de formação e uma orquestra profissional. O nosso concelho é inegavelmente um polo de difusão e agregador do talento em diversas áreas, mormente na música e acreditamos que para isso contribui sermos através das entidades suprarreferidas uma referência de grande relevo no ensino da Música. -----



João Cunha
R.

Olhando agora ao Contrato-Programa entre a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e a Sociedade de Turismo, importa realçar a grande novidade que irá decorrer em 2026, com o início do fim dos vínculos precários que afetavam os colaboradores das Termas. Bem sabemos que ainda não será para todos, mas é um primeiro e significativo passo para que os colaboradores tenham a sua estabilidade laboral alcançada, algo que acreditamos ser de elementar justiça. -----

A valorização que se pretende quer das próprias Termas de S. Jorge, quer dos serviços prestados, estamos certos tem vindo a ser alcançada e com renovada ambição quer da parte da sua gestão, quer da parte dos seus recursos humanos, comprometidos com estes objetivos de valorização. Novos desafios continuam a ser lançados, com uma oferta que se quer democrática e plural, mas que tem de ter produtividade e uma cada vez mais forte rentabilidade operacional. Acreditamos, que o caminho para as Termas de S. Jorge está mais do que definido num caminho de valorização e de identificação como um dos fatores diferenciadores na enorme oferta que dispõem o nosso Concelho a quem nos visita e a quem cá se quer fixar. O futuro poderá trazer diferenças na gestão, com uma possível incorporação na Empresa Municipal Feira Viva, mas sem desvios no caminho traçado.---

Olhando agora ao contrato programa com a Empresa Municipal Feira Viva, surge como fator de destaque a manutenção grosso modo dos valores a transferir pela Câmara Municipal para que a Feira Viva continue a desenvolver a sua atividade. Mas os valores que são transferidos, continuam a ser claramente justificados pela ação e atividade da empresa municipal. Se olharmos globalmente podemos naturalmente dizer que 28% da atividade é suportada pela Câmara Municipal. Mas num olhar mais preciso, podemos e devemos destacar que há três atividades abaixo destes 28%: -----

- O Europarque, que alguns aqui presentes chamaram de elefante branco, que atacaram a opção camarária de então de assumir este espaço, tem zero de subsidiação. A sua atividade é paga pelos rendimentos que gera. Se isto



é um elefante branco... -----

- A Piscina Municipal de Santa Maria da Feira, com um baixo grau de subsidiação (17%), que se explica pela extensão e maturidade das suas atividades e que permite dessa forma compensar o que continua a ser a componente social que esta piscina continua a desempenhar numa série de atividades; -----

- A Gestão de Eventos (Perlim e Viagem Medieval) tem uma subsidiação que não chega sequer aos 20% da sua atividade programada, mantendo-se a oferta de pulseiras de acesso para a Viagem Medieval a todas as crianças e jovens que residam ou frequentem escolas do concelho até ao ensino secundário, a oferta de entradas para Perlim a todas as crianças que residem no concelho ou frequentem pré-escolar, 1º e 2º ciclo nas escolas do Concelho, a oferta de entradas para a Viagem Medieval e Perlim a famílias carenciadas identificadas pela Divisão Social do Município, a oferta de entradas para a Viagem Medieval e Perlim aos Bombeiros Voluntários das três Corporações Concelhias. -----

Obviamente há outras atividades que carecem de maior subsidiação. Mas nestes casos claramente preside a resposta social, a resposta às necessidades de apoio ao fomento desportivo social e por exemplo no que toca ao Zoo de Lourosa, uma clara opção de manutenção de um espaço que continua a trilhar o seu caminho em busca de uma maior rentabilidade operacional, mas assumindo o Município a mais-valia que é a manutenção daquele espaço e as suas potencialidades.-----

De forma clara e desassombrada é proposto o aumento de alguns dos valores cobrados nalgumas das atividades da Empresa Municipal. Em boa verdade a inflação também atingiu em cheio as Empresas. E se pretendemos manter bons níveis de rentabilidade operacional e continuar a privilegiar o princípio do utilizador-pagador (e esse é o princípio que o Executivo e a Empresa Municipal querem continuar a utilizar), não existia a nosso ver caminho alternativo, para a manutenção desejada (para não dizer exigida) da



João Carlos R.

qualidade das atividades prestadas pela Feira Viva. -----

Destaque-se de igual forma a realização da Comic Con no Europarque. É um evento de excelência e que irá promover o concelho, é mais uma ferramenta para a divulgação de um território de excelência.-----

Quer no caso da Sociedade de Turismo, quer no caso da Feira Viva, deve-se igualmente destacar a existência de Objetivos, Indicadores e para cada um deles claros graus de avaliação. Podemos eventualmente questionar se o indicador A, B ou C, será mais ou menos adequado, mas deve-se destacar a forma clara com que podemos avaliar a atividade desempenhada pelas mesmas.-----

Em suma, os caminhos que nos são hoje apresentados nestes três pontos ora em discussão, são caminhos que vão de encontro a um rumo traçado, um rumo de sucesso, um rumo que os Feirenses conhecem e voltaram a sufragar de forma claríssima há poucos meses.” -----

Usou da palavra o **Sr. Vice-Presidente da Câmara** para prestar esclarecimentos. Relativamente às considerações da deputada municipal Juliana Carvalho sobre a Feira Viva, retificou que a independência financeira da empresa não é de 50%, mas de 72%, salientando que a atualização dos tarifários e o aumento das receitas próprias têm contribuído para o equilíbrio do respetivo orçamento. -----

Quanto à realização de atuações da Orquestra e de outros eventos noutras freguesias do Concelho, recordou que o concelho não dispõe apenas da Orquestra de Jovens e da Banda Sinfónica, existindo igualmente outras escolas de música e bandas musicais distribuídas por várias freguesias, às quais deve ser proporcionada oportunidade de atuação. Acrescentou que, para além das atuações habituais da Orquestra, têm sido promovidas deslocações às igrejas de Fiães, de Argoncilhe e de Milheirós de Poiares, reforçando a distribuição territorial das atuações dos jovens.-----

Relativamente à intervenção da deputada municipal Telma Barbosa, referiu



Handwritten signature and initials

que, no seu entendimento, a mesma não teria analisado o mesmo contrato-programa, uma vez que apresentou considerações com as quais não concorda, total ou parcialmente, manifestando concordância apenas com a parabenização dirigida aos atletas, por considerar justo o reconhecimento dos seus méritos. -----

No domínio da inovação, informou que a empresa municipal Feira Viva criará, em 2026, um novo departamento dedicado à Inteligência Artificial e à Inovação. Quanto às referências feitas a números de visualizações e seguidores, esclareceu que a empresa municipal não se rege por esse critério, embora tenha definido o seu público-alvo. -----

Indicou, a título exemplificativo, que a Feira Viva possui 3.596 seguidores na página institucional, enquanto a Viagem Medieval conta com 41.500 seguidores no Instagram e 166.000 no Facebook, o Perlim com 32.000 no Instagram e 135.000 no Facebook, verificando-se o mesmo no Europarque. Referiu que este exercício comparativo deveria igualmente ser considerado na análise do público-alvo dos diferentes eventos. Reforçou que a Feira Viva não se orienta por seguidores individuais, mas pela notoriedade e alcance das suas marcas, nomeadamente a Viagem Medieval, o Perlim, o Europarque, o HMC, o Europarque Running e o Zoo de Lourosa. -----

Relativamente à intervenção do membro Marco Gonçalves sobre a Orquestra, manifestou concordância com a reflexão apresentada, indicando que as sugestões seriam tidas em conta, solicitando à Vereadora Beatriz Silva e ao Vereador Paulo Marcelo que tomassem nota das mesmas. -----

Quanto à intervenção do membro Rui Oliveira sobre o Pavilhão Fernando Quintino, esclareceu que o entendimento do Município é o de que o referido pavilhão deve continuar sob a alçada e gestão da Feira Viva. Recordou que a entrega do equipamento ao Clube Académico da Feira, ou a uma associação, poderia originar dificuldades de gestão, atendendo aos constrangimentos que muitas associações enfrentam. Referiu ainda que é aplicado um desconto de 90% às associações que desenvolvem atividades



João Cunha
R.

naquele espaço e que, no caso concreto do clube, este ocupa cerca de 70% do espaço do pavilhão. Relativamente aos campos de ténis, informou que os mesmos serão reabilitados, no âmbito do plano de investimentos existente. Dirigindo-se ao membro Jorge Silva, manifestou concordância com a sua intervenção e acrescentou que, no que respeita ao Zoo de Lourosa, está previsto, por parte do Município, um investimento significativo na zona envolvente, nomeadamente ao nível do arruamento, criação de estacionamento e passeios, assegurando melhores condições para peões e condutores. -----

Por fim, salientou que, tratando-se de organizações com mais de 25 anos de existência, com exceção da Feira Viva, que se aproxima dessa data, pretendia deixar uma palavra de apreço a todos os conselhos de administração, direções, técnicos e colaboradores que, ao longo dos anos, têm contribuído para a promoção do concelho de Santa Maria da Feira.-----

Interveio novamente a deputada municipal **Juliana Carvalho** (CH), que esclareceu que, relativamente ao contrato entre o Município e a Feira Viva, a referência ao valor de 55% dizia respeito à meta de autonomia financeira prevista no contrato, não tendo relação com a resposta, entretanto prestada. Acrescentou que dispunha de comprovativo do valor indicado, referindo ter consigo o contrato e que o mesmo o menciona na cláusula 11.ª, sublinhando que não abordara os aspetos apontados na resposta. Em resposta, o **Sr. Vice-Presidente da Câmara** reiterou que a autonomia financeira da empresa municipal é de 72%, valor superior aos 55% mencionados. Aludiu a alguma confusão na discussão que decorreria do facto de a lei impor um teto máximo de 55%, quando a situação atual da Feira Viva se situa nos 28%, encontrando-se, por isso, distante desse limite. -----

Interveio, de seguida, a deputada municipal **Telma Barbosa** (PS), que, agradecendo a correção efetuada relativamente à questão dos eventos,



João Cunha
R.

salientou que a mesma, no seu entendimento, corroborava o que havia afirmado anteriormente, no sentido de que o contrato seria pouco concreto e pouco preciso. Referiu que, caso tivesse incorrido em erro, tal decorreria da forma como o contrato foi elaborado, por a ter induzido em erro.-----
Acrescentou que o artigo 11.º, n.º 1, alínea A7), prevê o objetivo de alcançar um aumento de 1% de utilizadores/seguidores nas redes sociais da Feira Viva, concluindo que, se o foco são os eventos, o contrato deveria ser mais concreto quanto a essa matéria. Considerou ainda que os esclarecimentos prestados pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara evidenciariam a falta de clareza do contrato. -----

Interveio o membro **João Cunha** (PSD), que referiu existir sintonia, acrescentando que, no seu entendimento, se estava a centrar a discussão em métricas de redes sociais. Referiu ainda que, no seu entender, o objetivo seria abranger o grupo Feira Viva, que integra, entre outros, o Perlim, a Viagem Medieval e o Europarque Running, considerando que a questão estaria a ser explorada com enfoque na obtenção de “likes”. -----

O **Sr. Vice-Presidente da Câmara** referiu, para concluir a discussão, que, na sequência da intervenção da deputada municipal Telma Barbosa, apenas tinha a acrescentar que se congratulava com a votação verificada na última reunião de Câmara, saudando a aprovação unânime relativamente às organizações em causa. -----

Saíram os membros Rui Oliveira, Avelino Costa e Avelino Oliveira Fontes. ----

Assim sendo, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu os pontos n.º 3, 4 e 5, separadamente, a votação, tendo-se verificado os seguintes resultados:
3 – Contrato-Programa a celebrar entre o Município e a Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira E.M., S.A, para 2026-----



Macunha
R.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 55 votos a favor (PSD:36, PS:14, CH:4, IND), autorizar a celebração do contrato-programa em epígrafe, nos termos da deliberação camarária de 11 de dezembro de 2025.

Reentrou o membro Rui Oliveira. -----

4 – Contrato-Programa a celebrar entre o Município e a Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M., para 2026-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 52 votos a favor (PSD:36, PS:14, IL, IND), 0 votos contra e 4 abstenções (CH), autorizar a celebração do contrato-programa em epígrafe, nos termos da deliberação camarária de 11 de dezembro de 2025. -----

5 – Contrato-Programa a celebrar entre o Município e a Associação Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira, para 2026-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 56 votos a favor (PSD:36, PS:14, CH:4, IL, IND), autorizar a celebração do contrato-programa em epígrafe, nos termos da deliberação camarária de 11 de dezembro de 2025. -----

Reentraram os membros Avelino Costa e Avelino Oliveira Fontes. -----

6 – Contratos interadministrativos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 11 de dezembro de 2025 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----



*João Cunha
R.*

Interveio o membro **Rui Oliveira** (IL), que referiu estar de acordo com a descentralização e com a atribuição de mais competências às juntas de freguesia, desde que acompanhadas do correspondente reforço financeiro. - Aproveitou para felicitar o Sr. Presidente da Câmara por ter sido eleito Presidente dos Autarcas Social Democratas, referindo que, no discurso proferido, este defendeu a descentralização, a redução da burocracia e a necessidade de não se replicarem junto das juntas de freguesia práticas semelhantes às do Estado central relativamente aos municípios, posições com as quais declarou concordar. -----

Concluindo, deu nota do seu voto favorável à matéria em apreço. -----

Interveio a deputada municipal **Juliana Carvalho** (CH), que, relativamente aos contratos interadministrativos em discussão, informou que o grupo municipal do Chega vota favoravelmente, considerando, contudo, importante deixar uma nota. Referiu que o Chega encara positivamente o reforço da descentralização, em particular o apoio concedido às freguesias restauradas, salientando, porém, a necessidade de um acompanhamento rigoroso desses contratos, por entender que as juntas não devem tornar-se meros executantes de tarefas da Câmara, mas antes, parceiros dotados de meios financeiros efetivos para servir os munícipes. -----

Interveio a deputada municipal **Telma Barbosa** (PS), que disse o que, seguidamente, se passa a citar: -----

“Sr. Presidente, como já pôde perceber, a questão das freguesias é-me cara, é-nos cara. É-nos cara porque estas freguesias são por excelência as autarquias de proximidade para com os nossos munícipes, são os presidentes de junta e as suas equipas que diariamente dão a cara junto das populações, são os primeiros a zelar pelos interesses dos feirenses, são os apoios imediatos dos feirenses. -----

Na última Assembleia disse-lhe que via com preocupação a vulnerabilidade



João Cunha
R.

económica de algumas freguesias, especialmente as desagregadas. Por este motivo, naturalmente, o Partido Socialista vê com bons olhos os reforços que foram feitos ao financiamento e a discriminação positiva existente nestes novos contratos interadministrativos em prol das freguesias desagregadas, pese embora tenhamos dúvidas quanto aos critérios utilizados, nomeadamente quanto às distinções de percentagens e tempos de apoio entre as freguesias desagregadas. -----

Ainda assim, como sabemos, o mero apoio financeiro é insuficiente, as nossas juntas precisam de mais, as nossas juntas merecem mais. -----

Por este motivo e em abono da verdade, não posso deixar de tecer algumas considerações. Na última Assembleia, o senhor Presidente disse, e passo a citar, é o benefício destas assembleias serem gravadas: “temos mantido um relacionamento estreito com as juntas de freguesia que ganham a sua autonomia administrativa”. E, passado pouco tempo disse: “nós estamos a articular com os nossos próprios serviços para de forma direta, através das nossas brigadas, as populações não deixarem de ser servidas”. -----

Eu, se calhar, por erro de principiante ou pela fé e a esperança inerente à juventude, acreditei no Sr. Presidente. -----

Qual não foi a minha surpresa quando questionei presidentes de junta, por acaso, do seu partido, que me disseram que nenhuns contactos tinham recebido, até àquele momento, por parte do Município. Estão, como eu temia, entregues a si mesmos. -----

Além disso, como é público e notório pelas publicações nas suas redes sociais, o Sr. Presidente nem tão-pouco privilegiou, antecipando as suas reuniões, as juntas de freguesia desagregadas, nas reuniões que teve com os vários presidentes de junta. Tratou mesmo como igual aquilo que é diferente. Não achamos que umas juntas merecem mais do que as outras, mas achamos que efetivamente algumas juntas estão mais vulneráveis pela situação em que se encontram. -----

O Sr. Presidente, e o seu partido, venderam que a desagregação seriam um



sonho. Prometeram seguir de mãos dadas com as novas juntas, afirmaram aqui, publicamente, que manteriam um relacionamento estreito com as juntas de freguesia. -----

Sr. Presidente, não bastam promessas, é preciso respeito e proximidade por todos os cidadãos que corajosamente quiseram ser presidentes de junta de freguesia e trabalhar em prol dos seus concidadãos. É preciso ajudar quem tantas vezes lhe deu a mão, é preciso ajudar quem tantas vezes se coloca ao lado dos nossos munícipes. É preciso apoiar diariamente as nossas juntas de freguesia, unitárias e desagregadas, financeira e tecnicamente.” -----

Interveio a deputada municipal **Andreia Marques**, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PSD), que leu documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, que se transcreve:-----

“Intervenho nesta Assembleia Municipal na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior, freguesia que se encontra atualmente num momento particularmente exigente do seu percurso administrativo, na sequência da sua recente desagregação, realidade esta que é igualmente partilhada por mais presidentes que certamente se reverão nos desafios aqui expostos. -----

A desagregação das freguesias, embora legalmente enquadrada e resultante de um processo de reorganização administrativa do território, implicou profundas alterações na estrutura de governação local. A criação de novas freguesias correspondeu ao reinício de entidades administrativas autónomas, com todas as responsabilidades legais, financeiras, administrativas e operacionais que lhe estão associadas. Trata-se de um processo complexo, que exige tempo, recursos, planeamento e uma capacidade acrescida de organização, sobretudo numa fase inicial em que é necessário assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais. -----

Desde o início deste mandato, a Junta de Freguesia de Vila Maior bem como todas as restantes freguesias desagregadas têm-se confrontado com



h. cunha
R.

dificuldades próprias desta fase de instalação, procurando garantir, em simultâneo, o normal funcionamento dos serviços, a manutenção do espaço público, a resposta às solicitações quotidianas da população e o exercício das competências legalmente atribuídas. Estes desafios revelam-se particularmente exigentes nas freguesias recentemente desagregadas, que necessitam de criar procedimentos, estruturar serviços e assegurar meios humanos e financeiros adequados à sua missão. -----

É neste contexto que o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências agora em apreciação assume uma relevância absolutamente central para todas as freguesias recém desagregadas. Este contrato constitui um instrumento fundamental para permitir às novas Juntas de Freguesia exercer, com eficácia e segurança jurídica, um conjunto de competências de proximidade que têm impacto direto na qualidade de vida da população e da freguesia, como por exemplo a comparticipação de 80% do investimento realizado, até aos limites definidos, abrangendo veículos ligeiros e equipamentos operacionais. -----

Importa reconhecer que a previsão de uma majoração específica para as freguesias desagregadas, enquanto fator de coesão territorial, representa um apoio relevante e necessário para mitigar algumas das dificuldades sentidas nesta fase inicial. Trata-se de um reconhecimento da especificidade desta realidade administrativa e de uma medida positiva no sentido de apoiar a transição para um modelo de funcionamento autónomo. Contudo, a experiência no terreno demonstra que os desafios são significativos e persistentes, exigindo uma gestão extremamente criteriosa dos recursos disponíveis e uma permanente definição de prioridades, muitas vezes obrigando ao adiamento de intervenções necessárias por insuficiência de meios financeiros. -----

Apesar destas limitações, temos procurado exercer as suas funções com proximidade e compromisso com a população, conscientes de que o sucesso deste processo depende, em grande medida, de uma articulação



permanente, leal e eficaz com o Município. A cooperação institucional é essencial para ajustar procedimentos, clarificar responsabilidades, prestar apoio técnico sempre que necessário e encontrar soluções equilibradas para constrangimentos que não podem ser ultrapassados exclusivamente ao nível da freguesia.-----

É igualmente importante salientar que este contrato deve ser entendido como um instrumento dinâmico, suscetível de ajustamentos ao longo da sua vigência, sempre que se verifiquem alterações nos pressupostos que estiveram na base da sua celebração ou quando a realidade da freguesia assim o justificar. -----

Em todas as freguesias desagregadas, face às necessidades concretas que enfrentam este contrato assume um papel estruturante. -----

Este contrato representa um passo importante na relação entre o Município e as freguesias desagregadas. Tratando-se de um compromisso conjunto com o desenvolvimento equilibrado e sustentável do concelho, colocando sempre em primeiro plano o interesse das populações e o fortalecimento da democracia local. -----

Manifesto, por fim, o meu reconhecimento pelo esforço desenvolvido pelo Município e pelas freguesias desagregadas, convicta de que instrumentos como este continuarão a ser determinantes para a construção de uma freguesia mais coesa”. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para prestar esclarecimentos, começando por se dirigir ao deputado Rui Oliveira (IL), referindo que aquilo que se defende para os municípios deve ter reflexo na prática. Acrescentou que deu recentemente um passo nesse sentido e que pretende aprofundá-lo, sob pena de o Município estar a fazer às freguesias aquilo que não pretende que os governos centrais façam aos municípios.-----

Relativamente à intervenção da deputada municipal Juliana Carvalho (CH), referiu que a posição por esta expressa se encontrava alinhada com a ideia,



F. Ine Cunha
R.

por si recordada, de que os municípios não podem ser “tarefeiros” do Estado, acrescentando que a deputada a transpunha ao defender que também os presidentes de junta não devem ser “tarefeiros”, o que afirmou subscrever, salientando que não o são, nem o devem ser. -----

Quanto à intervenção da deputada municipal Telma Barbosa (PS), considerou que a mesma se apresentava contraditória nos seus termos. Explicou que, desde que assumiu funções como Presidente da Câmara, não existem juntas de um ou de outro partido, mas sim juntas do concelho de Santa Maria da Feira. Acrescentou que, face a uma forma de fazer política a nível nacional que, no seu entendimento, parece refletir-se no plano local, gostaria de saber qual o presidente de junta que teria transmitido a informação referida, para se poder verificar quando ocorreram as reuniões, evitando que a situação ficasse ao nível da insinuação, o que considerou uma má prática política e cívica. -----

Salientou que o Executivo tomou posse em 30 de outubro e que, poucos dias depois, em 17 de novembro, foram aprovados instrumentos fundamentais, após trabalho intenso com os funcionários municipais, para apresentação às freguesias desagregadas dos contratos, que foram tratados como prioritários. Acrescentou que esses acordos foram aprovados com grande celeridade, permitindo que as assembleias de freguesia aprovassem orçamentos para os dois meses restantes de 2025, de modo que essas freguesias pudessem iniciar de imediato a sua atividade. -----

Quanto à transmissão on-line, esclareceu que as suas palavras ficam registadas nas atas da Assembleia Municipal, tal como nas atas da Câmara Municipal. -----

Referiu não compreender o que mais poderia ter sido feito relativamente às juntas de freguesia, indicando que, em pouco mais de um mês de mandato, reuniu o executivo municipal com cada um dos executivos das juntas de freguesia, num total de 28 reuniões. -----

Esclareceu que não se optou por uma abordagem mediática, mas por



António Cunha
R

reuniões de trabalho, indicando que o critério seguido foi a ordem alfabética inversa, começando em Vila Maior e terminando em Argoncilhe. Informou que essas reuniões ficaram concluídas na segunda-feira anterior, após a reunião de Câmara, acrescentando que delas resultaram várias propostas posteriormente assumidas no Orçamento.-----

Relativamente às freguesias desagregadas, esclareceu que a Sra. Vereadora com o pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa acompanhou de perto, passo a passo, os problemas, dúvidas e questões colocadas, mantendo contacto próximo com todos os presidentes de junta. Destacou ainda que, aquando da emergência de proteção civil, todos os presidentes de junta deram, em poucos dias, uma resposta de proximidade, capacidade e competência, em articulação com a Câmara Municipal. -----

Sublinhou, por isso, que não podia aceitar o entendimento de que a Câmara não estivesse a cumprir com as juntas de freguesia, acrescentando que uma proposta eleitoral do executivo, relativa a um programa de coesão territorial, foi cumprida na primeira oportunidade, através de uma majoração. Referiu que tal majoração não era obrigatória, tendo resultado de uma reflexão alargada com centenas de pessoas, afirmando desconhecer se outros municípios adotaram solução idêntica. Acrescentou que não sabia se a deputada Telma Barbosa falava em nome dos presidentes de junta do Concelho e até duvidava que assim fosse, mas que, a ser o caso, deveria reconhecer a atenção significativa que o Executivo tem prestado às juntas de freguesia. -----

Por fim, referiu que a deputada municipal Telma Barbosa invocara, por diversas vezes, a questão da juventude, esclarecendo que não utilizaria esse argumento. Explicou que também já esteve em posição semelhante e que, independentemente da idade, todos lhe merecem igual consideração, respeito e nível de debate, considerando ser uma vantagem a participação de pessoas jovens na política. -----



Incunha
R.

Usou novamente da palavra a deputada municipal **Telma Barbosa** (PS), que começou por agradecer as respostas do Sr. Presidente da Câmara, referindo que, na qualidade de presidente da Juventude Socialista, acompanha jovens autarcas e que, por esse motivo, tem estado presente em várias assembleias de freguesia e em contacto com diversos presidentes de junta. Explicou que, estando consciente do cargo que exerce, não teria feito as afirmações proferidas se as mesmas não decorressem de preocupações efetivas manifestadas por presidentes de junta. Considerou, contudo, que não lhe cabia, enquanto deputada do Partido Socialista, identificar, publicamente, em sede de Assembleia Municipal, quais as juntas de freguesia que lhe transmitiram essas preocupações, por uma questão de cortesia institucional. -----

Referiu ainda que o Partido Socialista não é mandatário de qualquer presidente de junta, mas representa todos os feirenses, sejam ou não presidentes de junta, sublinhando que todos podem contactar os eleitos municipais para expor opiniões, necessidades e preocupações. Acrescentou que, embora os presidentes de junta tenham lugar próprio nesta Assembleia, não deixam de ter o direito a serem representados e a contactar, sempre que o entendam, os representantes dos diversos partidos, para transmitir as suas preocupações. -----

Reiterou que não iria identificar os presidentes de junta em causa, referindo que os próprios saberiam quem o fez, bem como outras pessoas que estiveram presentes nas situações mencionadas. Sublinhou que a sua intervenção não teve intuito de revanche política, resultando de uma preocupação com determinadas freguesias, indicando que tem mantido proximidade com os respetivos presidentes de junta. -----

Esclareceu ainda que não afirmou que o Sr. Presidente da Câmara não estivesse próximo dessas realidades, mas que, na sua perspetiva, essa proximidade seria insuficiente, frisando que existem situações especiais que exigem cuidado e atenção. Reafirmou que não estava a dizer que o Executivo



tivesse atuado mal, tendo inclusive reconhecido, no início da sua intervenção, que o programa em causa era visto com bons olhos, salientando, contudo, tratar-se de uma situação particular, envolvendo freguesias em extrema vulnerabilidade económica. -----

Explicou que, no âmbito dessa preocupação, tem questionado os presidentes de junta e ponderou enviar um e-mail a todos, mas verificou que tinham sido realizadas reuniões e que o Executivo estava atento, clarificando que o que defendeu foi uma inversão da ordem de atuação, priorizando as freguesias em maior situação de vulnerabilidade. -----

Concluiu afirmando que a sua intervenção resultou da auscultação e da transmissão das preocupações manifestadas por presidentes de junta, que, como quaisquer feirenses, têm direito a ser representados pelos partidos com assento na Assembleia Municipal.-----

Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** concluindo que, embora, por cortesia, não tenham sido identificados os presidentes de junta em causa, teria ocorrido descortesia ao imputar à Câmara Municipal a falta de reuniões com os presidentes de junta e a ausência de adequada priorização. -----

Esclareceu que, no primeiro mês de mandato, chegaram a realizar-se seis reuniões com juntas de freguesia, acrescentando que tal teria sido percetível, designadamente, através das suas publicações nas redes sociais. Referiu ainda que a priorização seguiu a ordem alfabética inversa e afirmou não compreender que outro critério adicional de prioridade seria pretendido, atendendo ao número de reuniões realizadas. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 58 votos a favor (PSD:38, PS:14, CH:4, IL, IND), autorizar a Câmara Municipal a celebrar contratos interadministrativos em referência, nos termos da deliberação camarária supraidentificada.-----



hacurbe
R.

7 – Opções do Plano e proposta do Orçamento do Município para 2026

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 15 de dezembro de 2025 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Interveio o membro **Rui Oliveira** (IL), começando por afirmar, em nome da IL, o princípio de que não estará contra um orçamento que apresente contas certas. Considerou que a estabilidade financeira é um valor essencial e que o orçamento evidencia rigor, equilíbrio e responsabilidade, o que reconheceu como positivo. -----

Salientou, contudo, que as contas certas não constituem um fim em si mesmo, mas um meio, referindo que a existência de saldos elevados e de sucessivos superávits levanta a questão de saber se o Município estará a investir em tudo o que o Concelho necessita para o seu desenvolvimento. Indicou que esta matéria já fora objeto de troca de ideias anteriormente e que, no entendimento da IL, este padrão revela excesso de prudência e dificuldades ao nível da execução e da definição de prioridades estratégicas. Referiu que os grandes investimentos se têm arrastado no tempo, transitando de orçamento em orçamento, sem que, na maioria dos casos, se tenham materializado em obras efetivamente concluídas, incluindo intervenções já anunciadas, reconhecendo que algumas se encontram sob responsabilidade do Estado, designadamente o tribunal e o túnel da Cruz. - Relativamente ao tribunal, defendeu que a intervenção futura não deve ser pensada apenas em função do edifício e da sua utilização, mas integrada numa visão mais ampla da zona envolvente, por a considerar estratégica para a criação de estacionamento subterrâneo que possa servir igualmente o hospital, os serviços de Finanças e, eventualmente, o estádio de futebol, dentro das capacidades do Município. -----



de Cunto
R.

No âmbito da mobilidade, considerou tratar-se de um dos maiores bloqueios ao desenvolvimento de Santa Maria da Feira, salientando que o concelho é extenso e disperso, altamente dependente do automóvel, com transporte público pouco competitivo e uma rede ciclável fragmentada. Quanto ao investimento em ciclovias, sublinhou que estas deveriam assegurar ligações funcionais entre pontos relevantes, como habitação, trabalho e escolas, o que, no seu entendimento, ainda não se verifica de forma coerente. Defendeu a necessidade de uma visão estratégica a 10 e 20 anos, ainda que os atuais responsáveis políticos possam já não estar em funções nesse horizonte temporal.-----

Nesse contexto, referiu que uma das orientações que a IL gostaria de ver refletida nos planos anuais seria a redução do tráfego automóvel, mediante a avaliação da construção de parques dissuasores e a promoção de uma articulação eficaz entre o transporte público e os meios de mobilidade suave, como a bicicleta.-----

Manifestou ainda preocupação com o posicionamento territorial de Santa Maria da Feira, referindo que, apesar de integrar a Área Metropolitana do Porto e pertencer ao distrito de Aveiro, existe um vazio ao nível das ligações estruturantes. Acrescentou que, apesar de o Concelho ser uma referência, não tem ligação ferroviária e o projeto de requalificação da Linha do Vouga é sucessivamente adiado.-----

Questionou o Executivo sobre qual o grande plano de mobilidade para o futuro, referindo que, embora lhe tenha sido transmitido que o Metro é impossível, considera que não é tecnicamente impossível, podendo ser economicamente inviável, no momento. Defendeu que o Metro, enquanto conceito, constitui um meio estruturante do desenvolvimento urbano e referiu que, muitas vezes, se avalia o nível de desenvolvimento de uma cidade pela utilização do transporte público pelas classes mais favorecidas. Reiterou, assim, que gostaria que fosse desenhado um plano a 10 ou 20 anos que contemplasse, de forma prospetiva, a eventual chegada do Metro a Santa



fr
Ina Cunha
R.

Maria da Feira.-----

No que respeita à habitação, reconheceu tratar-se de um problema transversal ao país, não exclusivo do Concelho, destacando a subida contínua dos preços e a crescente pressão metropolitana. Referiu que as medidas anunciadas pelo Estado para facilitar o acesso dos jovens à habitação não estariam a produzir os efeitos desejados, mantendo-se as dificuldades. Saudou os investimentos já anunciados pelo Município nesta área, mas defendeu que este não deveria limitar-se ao papel de promotor público, devendo também assumir-se como facilitador, criando condições para que o investimento privado aumente a oferta e contribua para a contenção dos preços. -----

Nesse âmbito, abordou a revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), questionando se, na opinião do Executivo, o novo PDM irá reforçar a dispersão do concelho, com os custos acrescidos que isso implica, ou se promoverá a consolidação territorial e o reforço de centralidades, salientando que as decisões a tomar agora serão estruturais para os próximos 20 a 30 anos.-----

Relativamente aos investimentos desportivos, referiu, salvo melhor correção, que dois deles se reportam à pista coberta de ciclismo e à reabilitação do campo de atletismo de Sanfins. Questionou qual a estratégia subjacente a esses investimentos, designadamente se se orientam para a formação de atletas olímpicos, centros de alto rendimento, e se existe estudo sobre o número atual e potencial de praticantes. Justificou a questão com a constatação de que, apesar da visibilidade do uso da bicicleta, o ciclismo tradicional tem vindo a perder praticantes, enquanto outras vertentes, como o mountain bike, o gravel, o ciclismo elétrico e o ciclismo virtual, se encontram em crescimento. -----

Nesse sentido, sugeriu que o investimento pudesse também contemplar a concessão e exploração de trilhos florestais e, eventualmente, a criação de espaços aptos à realização de provas internacionais de ciclismo virtual,



Ana Cunha
R.

deixando a reflexão à consideração do Executivo. -----

Por fim, abordou a questão do superavit orçamental numa perspetiva ideológica da IL, considerando que a existência de superavits recorrentes indicia falta de ambição orçamental. Defendeu que, havendo margem financeira, deve existir alívio fiscal para os munícipes, não obstante o Sr. Presidente da Câmara já ter manifestado discordância quanto à redução de impostos ou taxas. Salientou que, não sendo essa a opção política seguida pelo Executivo, a IL entende que deverá então existir maior investimento público.-----

Concluiu afirmando que a IL considera que Santa Maria da Feira tem condições para ser mais ambiciosa e que estará disponível para apoiar orçamentos responsáveis, exigindo, contudo, maior visão estratégica, maior capacidade de execução e um plano claro para o futuro próximo.-----

Usou da palavra a deputada municipal **Juliana Carvalho** (CH), que, em nome do grupo municipal do Chega, apresentou considerações relativamente aos documentos em apreço.-----

Referiu considerar duvidosa a capacidade da Câmara Municipal para concretizar projetos estruturantes que, no seu entendimento, têm vindo a ser sucessivamente adiados ao longo dos últimos anos, defendendo, por isso, a necessidade de maior rigor na execução orçamental.-----

Sublinhou ser fundamental promover medidas de desburocratização e de agilização dos serviços municipais, por entender que a morosidade de processos, como os de licenciamento, em particular, nas áreas da habitação e do comércio, constitui um constrangimento relevante.

Deu nota de que o grupo municipal do Chega considera insuficiente o apoio a empresas e ao comércio local, por entender que a verba prevista é diminuta, traduzindo uma desvalorização de quem cria emprego e gera riqueza no Concelho.-----

Realçou ainda que, sendo salientada a importância da empresa municipal



Ana Cunha
R.

Feira Viva, considera essencial assegurar a transparência da sua gestão, designadamente quanto à afetação de verbas, à rentabilidade dos eventos e à justificação das despesas. -----

Acrescentou que o Chega propõe a descida de impostos municipais, como a taxa de IMI e a participação variável no IRS, como forma de devolver rendimento aos munícipes e apoiar as famílias mais carenciadas, defendendo também maior investimento em programas de apoio à natalidade, saúde e educação que beneficiem diretamente as famílias e as IPSS. -----

Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) que disse o seguinte:-----

“Este é um orçamento de 122 milhões de euros. Nós temos de ter alguma pedagogia, porque eu já vi na página do Município que tinham aprovado um orçamento de 180 milhões de euros. Nós temos de fazer pedagogia, caso contrário, os órgãos de comunicação social fazem uma enorme confusão e difundem números contraditórios, e não podemos permitir isso. O orçamento é de 122 milhões de euros.-----

Este orçamento é melhor também do que o do ano passado e, em nosso entender, é melhor porque promove uma calibração mais adequada, sobretudo das despesas. As despesas com pessoal reduzem em 6 milhões de euros, mas elas reduzem-se, não é porque vai haver despedimentos nem é porque haja uma redução do valor médio das remunerações do Município. O que se está a passar é que a senhora vereadora certamente se apercebeu, decorrente da execução dos anos passados, que a verba atribuída não era necessário que fosse tão grande e, portanto, ajustou-a mais adequadamente à realidade e, portanto, reduz-se esses 6 milhões de euros. -----

Mas há um aspeto importante do lado da despesa, é que os encargos com juros e outras despesas financeiras reduzem-se também 160 mil euros. Isto vem, curiosamente, dar-nos razão, porque aquilo que nós tínhamos vindo a pedir durante variadíssimo tempo era que se fizessem amortizações



João Cunha
R.

extraordinárias da dívida. E foi isso que foi feito e que permitiu, de facto, a redução desses encargos. -----

E note-se o seguinte, os 160 mil euros de redução são praticamente o mesmo valor que nós recebemos com a derrama reduzida e, portanto, aqui se prova que com um simples ato de gestão financeira é perfeitamente possível reduzir a despesa e conseguir uma redução também dos impostos e, portanto, nós aqui tínhamos razão. -----

Do lado das receitas, elas aumentam sensivelmente 3 milhões de euros, à boleia do IMI, essencialmente à boleia do IMT e também da participação em projetos de fundos comunitários. E, portanto, como as receitas aumentam 3 milhões de euros e as despesas reduzem 6 milhões de euros, o saldo corrente aumenta 9 milhões de euros, para 24 milhões de euros, o que é ótimo, o que é bom porque permite libertar fundos para fazermos face às despesas de capital, que são tão necessários no nosso território. Por isso é que elas aumentam 11 milhões de euros, para 36 milhões de euros, mas já lá vamos. Antes disso, quero falar sobre 2 políticas que desenvolveu especificamente para este mandato. O propalado apoio específico e positivo às freguesias que foram desagregadas, 20% para as que agregavam, ou que eram sede, e 50% para as que foram agregadas, ou que não eram sede. -----

A ideia subjacente desta medida tem um problema, quanto a mim, que é a ideia de que as freguesias que agregavam foram menos prejudicadas do que as freguesias que foram agregadas. Esta ideia, um pouco grosseira e até um pouco de mau tom, sobretudo para com os autarcas que fizeram um enorme trabalho e que se esforçaram imenso para manter um desenvolvimento harmonioso de todos os seus territórios e das freguesias dentro da sua União de Freguesias, e agora depararem-se com isto, parece-me um pouco de mau tom. -----

Por outro lado, é importante também dizer o seguinte, Sr. Presidente. O reforço das verbas é para despesas de capital, e, portanto, os senhores presidentes de junta só vão receber se executarem, pequenas intervenções e



João Carlos R.

pequenas obras. No entanto, o problema que se está a verificar é que muitos destes presidentes de junta na realidade estão com imensas dificuldades em fazer face a despesas correntes, nomeadamente salários, correndo o risco, em variadíssimos casos, de ter de meter dinheiro do seu próprio bolso. Portanto, o problema é de liquidez, não é necessariamente de reforçar as despesas de capital. -----

Quero ainda falar de outro projeto específico para este mandato, que é os tais 50% de verbas destinadas às nossas IPSS para reforçarem as suas respostas em lares e creches. Qual é o problema? As nossas IPSS estão descapitalizadas, isto é, do conhecimento de todos e, portanto, a menos que exista um programa específico do Governo, nomeadamente um novo PARES, que permita que as nossas IPSS possam concorrer a esses programas, muito provavelmente, o senhor vai dar 50% de nada e, portanto, ficaremos com nada, já que o PRR também estará muito difícil de ser concretizado. -----

Já agora, valorizamos também aquele apoio às despesas correntes com água e luz que está a ser dado às IPSS, se bem que, no nosso entender, era preferível que o apoio fosse feito de forma mais estrutural, nomeadamente na transição ecológica, produção fotovoltaica e por aí fora, acho que era mais adequado. -----

Quero falar ainda das transferências correntes e do subsídio de nascimento. Não vou falar da bondade da medida, eu quero-lhe falar do seguinte, eu acho que a medida deveria ser repensada nos seus moldes e na sua operacionalização. E para o efeito quero-lhe dar um breve contexto. O nosso Produto Interno Bruto municipal deve andar na casa dos 4 mil milhões de euros, de forma grosseira deve andar por aí. -----

O nosso orçamento, sendo de 120 milhões de euros, significa que vale cerca de 3% da economia municipal. Fazendo a comparação com o Orçamento de Estado, nós temos o Orçamento de Estado a valer mais de 40% do PIB da nossa economia e, portanto, é incomparável. O que quer dizer que se nós quisermos, de facto, afetar a nossa economia municipal, nós temos de



Inês Cunha
R.

desenhar de forma completamente diferente as nossas políticas públicas, isto é, nós temos de as tornar mais eficazes e garantir que vão produzir mais do que um objetivo. E, portanto, quer-nos parecer que seria mais adequado que o apoio fosse destinado às famílias e as famílias tivessem a obrigação de gastar o apoio em Santa Maria da Feira. Porque aquilo que se verifica, através do índice de poder de compra concelhio, é que muitas das despesas familiares na realidade estão a ser realizadas em Ovar, Espinho, Vila Nova de Gaia e Porto. -----

Portanto, nós gastamos o dinheiro e as famílias vão gastar fora do nosso território, portanto, os 8 milhões de euros que foram gastos nos últimos 4 anos, podiam ter ficado no nosso território. E é perfeitamente possível fazer essa medida. -----

Quero-lhe ainda falar de um mistério, que é o mistério da tarifa social da água. É que o senhor ainda há 4 ou 5 meses, e o seu grupo municipal, protestava de forma encarniçada contra a proposta. De repente, em plena campanha eleitoral, há um volte-face de 180 graus. Não sei se o senhor estava na estrada de Damasco e viu a luz e disse, olha, se calhar, bom era termos aqui na matéria da água a aplicação do princípio do contribuinte pagador. -----

Ora, era importante que o senhor nos explicasse se isto foi uma epifania ou se foi algo mais mundano. Eu acho que nós sabemos o que é que foi, mas era importante ouvir da sua própria boca os motivos e as razões para isto ter acontecido. Para além disso, era importante perceber se sente vergonha da medida, porque nós olhamos para o documento e não vemos uma única palavra sobre isto. Ele está lá nos mapas financeiros, porque aqui ninguém é tolo, está lá, mas está definido com mil euros, de verba definida, e depois 1 milhão de euros a definir. Portanto, é mesmo a ver se isto passa, mas, Sr. Presidente, não vai passar. -----

Por outro lado, é ainda importante perceber como é que isto vai ser operacionalizado. As pessoas vão ter de vir aqui ao “beija-mão”, desculpe-



João Cunha
R.

me o termo, ou isto vai ser atribuído de forma automática? Era importante percebermos isto.-----

Vamos então, agora, às despesas de capital. -----

Nós temos aqui uma nuvem a pairar, um sério risco de as nossas despesas de capital não serem executadas com a dimensão que nós gostaríamos. A bem dizer, por causa da habitação a custos controlados. O problema é o seguinte, o problema não é vosso, acho que foi dos sucessivos governos. A medida como isto foi construído, o preço de base que vai ter de ser lançado está dependente do valor mediano do custo de construção. Eu acho que isto é um problema, porque vai tirar certamente apetite a que muitos empreiteiros venham construir para o nosso território. E, portanto, nós corremos o risco de não ter o problema da habitação parcialmente resolvida, porque os concursos provavelmente vão ficar vazios e, portanto, ficamos aqui um pouco aquém daquilo que deveríamos fazer.-----

Mas o senhor podia ter colmatado uma parte do problema se aplicasse, como nós defendemos, o IMI para imóveis devolutos, que já é aplicado em 64 municípios, e assim estimular os proprietários a colocar os seus imóveis reabilitados e no mercado de arrendamento. -----

Quero ainda falar de outra coisa muito estranha, eu vi nos mapas do PPI que havia 432 mil euros destinados aos novos Paços do Concelho. Eu pensei que isto já tinha sido relegado para as calendas, mas está lá com um valor destinado.-----

Em relação à educação, nós saudamos e valorizamos a aposta que está a ser feito em construção, reabilitação e ampliação do edificado educativo, também a aquisição de material que está a ser prevista para salas de aula, nomeadamente os quadros interativos, mas temos de chamar a atenção do seguinte. Há escolas que continuam a ter amianto, é um problema de saúde pública, tem de ser resolvido. Os pavilhões de muitas das nossas escolas no inverno metem água, inviabilizando a prática da disciplina de Educação Física, mas também das próprias associações desportivas desenvolverem os



João Cunha
R.

seus treinos, tendo, portanto, hoje em dia um caos para gerir estes calendários. Mas não é só os pavilhões, os próprios recintos exteriores das escolas encontram-se muitas delas em mau estado, sendo talvez o caso mais paradigmático disso mesmo a EB 2,3 de Argoncilhe. Tudo isto carece de uma rápida resolução, há verbas no orçamento, mas têm de ser mesmo executadas.-----

E quero falar ainda de outra estupefação que nós temos a salientar em matéria de educação, é que nós tomámos conhecimento, com espanto, que as aulas de programação iam ser descontinuadas. Foi uma medida apresentada por vós, defendida por vós, reconhecida como muito interessante para os alunos, os professores valorizavam, os alunos gostavam, e agora vai ser descontinuada.-----

É porquê? Por falta de financiamento? Qual é o motivo? É que se a questão é de financiamento, é importante recordar que vocês ainda este ano atribuíram à Fundação Cupertino de Miranda, o serviço de ministrar aulas de literacia económica e financeira, por 75 mil euros, ao ensino básico e secundário, ao mesmo tempo que o Ministério da Educação reforçou essa disciplina. Portanto, nós temos aqui uma redundância, dinheiro que, de certa forma, está a ser desperdiçado, enquanto está a ser negada a possibilidade de os alunos continuarem a ter as aulas de programação, e, já agora, a meio do ano. Parece-nos um erro clamoroso e que carece de explicação.-----

Já que estou a falar de pavilhões, os senhores salientam e apresentam variadíssimas vezes, orçamento após orçamento, a questão da pista de atletismo de Sanfins. Sr. Presidente, esperamos que seja desta vez. Mas não satisfeitos com isto, já se ouve por aí dizer, por diversas vezes, que vamos ter também na encosta de Sanfins uma nova nave desportiva.-----

Sinceramente, eu acho que é preciso ter lata, nós não fazemos há 10 anos a pista de atletismo de Sanfins e já estamos a anunciar uma nova nave desportiva nas encostas de Sanfins. Sinceramente, não parece fazer sentido



João Cunha
R.

e, aliás, ele nem consta do orçamento, mas vocês já o referiram durante a campanha eleitoral. -----

E já que estou a falar de pavilhões, Sr. Presidente, peço-lhe encarecidamente que olhe para o caso do pavilhão da Casa do Povo de Santa Maria de Lamas. Foi dos primeiros pavilhões no município a prestar serviço público, eu bem sei que é uma entidade privada, mas o pavilhão da Casa do Povo de Fiães também é, é óbvio que tem de haver concordância de todas as partes, o caso é bicudo, mas solicita-se o seu empenho especial neste caso. -----

E já agora na Rua dos Mortórios, que é contíguo ao pavilhão, está num péssimo estado situação, provavelmente, André Vivas, isto não é para 2026, será para 2027 e com sorte, e é importante que seja feito, Sr. Presidente, porque a reabilitação dessa estrada permitiria melhorar e muito um dos espaços essenciais e que é mais visitado deste município, que é o Museu de Santa Maria de Lamas. Porque os autocarros estacionam nas traseiras e aquilo está em péssimo estado, como deve saber. -----

Em matéria de saúde, nós também aqui valorizamos o trabalho que está a ser feito em matéria de cuidados de saúde primários e todas as construções previstas para o próximo ano, e para os anos subsequentes, para além de todas as reabilitações que estão a ser previstas. -----

No entanto, também aqui é importante recordar que é preciso fazer pressão política junto do Governo para que o alargamento das urgências do Hospital São Sebastião seja concretizado. Mas até mais importante do que isto, Sr. Presidente, é importante acabar com o caos, com a vergonha, que está diariamente instalado nas imediações do Hospital São Sebastião. Todos os dias utentes e profissionais de saúde enfrentam um verdadeiro calvário para se deslocarem ao hospital. Nós temos que arranjar uma solução, essencialmente de estacionamento, para que isto acabe. -----

Mas, o estacionamento não é só uma questão relacionada com o hospital, nós temos que nos recordar que somos muitas vezes visitados por milhares de pessoas, aquando da frequência dos nossos eventos culturais, e as



hacinda
R.

pessoas que nos visitam são sujeitas a colocar os seus veículos automóveis em parques de terra batida, cheios de pó, sem condições de segurança absolutamente nenhuma, ainda por cima sujeitos a valores usurários. Não é forma de receber as pessoas, nós temos de encontrar soluções estruturais em matéria de estacionamento, para que isto não continue a acontecer, isto não nos dignifica e não nos honra, e temos de arranjar forma de resolver este problema. -----

Em matéria de cultura, de forma muito breve, quero-lhe perguntar sobre os Dias do Burgo. Isto fica em águas de bacalhau, avança, não avança, como é que estamos?-----

E de uma proposta que o senhor falou há muito tempo, e que achei muito curiosa, que era a de colocar umas tabuletas penduradas no centro histórico, no comércio local, semelhantes àquelas que existem nos centros históricos de muitas cidades do centro da Europa, para dar um aspeto mais pitoresco à coisa. Quer avançar com isso, não quer avançar, como é que estamos nesse aspeto? -----

Uma vez que não tenho muito tempo, e havia muita coisa para falar até em termos de Energia e Ambiente, até porque, como disse o nosso Primeiro-ministro, nós nesta matéria, estamos no rame-rame, a coisa não anda nem desata e, portanto, vou ter de avançar, mas quero-lhe dizer o seguinte. Nós continuamos a mandar 43 mil euros para a Energaia, eu não sei porquê, estamos a atirar dinheiro fora, os senhores querem atirar dinheiro fora, nós não concordamos com isso.-----

Mas quero-lhe falar do Parque Condes de Fijô, porque eu, o senhor e muitos dos que aqui estão, há uns 4, 5, 6 anos, eu já nem sei bem porque já foi há tanto tempo, estivemos no ISVOUGA a assistir a uma palestra do arquiteto paisagista Sidónio Pardal, onde nos apresentou aquilo que seria o projeto para o Parque Condes de Fijô. Íamos ter um lago artificial, muito bonito, uma desarborização da encosta até ao Castelo, para termos uma visão direta do Castelo para o lago, e vice-versa, portanto um cenário tipo



ma cunha
R.

Disney, bonito, mas, passado este tempo todo, nada. Em que ponto é que estamos? Dê-nos notícias sobre isso. -----

Em matéria de mobilidade, para quando é que vamos ter aplicada a ideia dos transportes a pedido, portanto, aquela solução flexível. Também quero-lhe perguntar se não seria interessante, porque durante a campanha eleitoral foi muitas vezes falado, sobretudo ali pelas freguesias do Nordeste do Município, que havia necessidades de ter uma carrinha, cada uma, para ir buscar pessoas aos locais mais recônditos de cada uma delas. E eram várias freguesias a dizer isso. Se calhar, até não era mal pensado, falar com estas freguesias e tentar articular uma resposta, em vez de estarem todas elas a fazer uma mesma coisa, tentarmos ter aqui uma resposta mais articulada. -----

Sr. Presidente, em termos de desenvolvimento económico, há boas notícias, mas quero-lhe ainda dizer o seguinte, a zona industrial do Roligo está em péssimo estado, temos empresários que sentem vergonha de receber os seus fornecedores e clientes, aquilo tem de ser reabilitado e não está previsto ainda sequer para 2026. -----

O Eixo das Cortiças é crítico para o Norte do Município, é crítico mesmo, eu não sei se vai ser preciso criar uma comissão de acompanhamento para resolver este assunto. Andamos também há quase uma década para resolver este assunto. Dê-nos um ponto de situação sobre esta matéria. -----

E queria-lhe perguntar em específico o que é que quer dizer isto que estava escrito no documento; pretendem fazer um acompanhamento dos proprietários dos lotes industriais para garantir o cumprimento rigoroso das condições contratuais. Isto quer dizer que quando o Dr. Emídio Sousa nos dizia que os lotes estavam todos vendidos e nós protestávamos “pois eles estão vendidos, mas não temos é lá pavilhões industriais”, quer dizer que, de facto, esses lotes estavam vendidos, mas não estavam a cumprir as condições contratuais?” -----



João Cunha
R.

Interveio o membro **João Cunha** (PSD) que começou por dizer que ouviu atentamente a intervenção do membro Daniel Gomes, e considera que o mesmo começou de forma positiva, ao explicar aos presentes um conhecimento profundo da área económica e financeira, mas que, depois, teve um acidente e esbarrou contra uma parede, por ter falhado um conjunto de informações, não ter sido preciso e ter contado mentiras aos feirenses. Referiu que o Daniel Gomes falou de realidades paralelas, nomeadamente ao afirmar que esteve num esclarecimento do arquiteto Sidónio Pardal e que nada foi feito no Parque Condes de Fijô. -----

Disse estranhar essa afirmação, sugerindo que o deputado Daniel Gomes poderá viver noutro concelho e não em Santa Maria da Feira, uma vez que se fixou apenas na questão de um lago e de uma abertura, tendo sido, alegadamente, a única coisa que reteve desse esclarecimento. Referiu que o mesmo não terá observado as intervenções feitas no local, como a deslocação de árvores, salientando que o problema é que o que se passa nas redes sociais pouco interessa, mas o que interessa é estar próximo das pessoas e andar no terreno. Comentou que, nesta Assembleia, o que se vê muitas vezes são números para as redes sociais, para obter “likes”. -----

Posto isto, aludindo em concreto aos documentos em discussão, disse o que, de seguida, se passa a citar:-----

“Relativamente ao plano e orçamento municipal para 2026, constitui um momento central da governação autárquica. Não se trata apenas de um exercício técnico ou de um exercício financeiro, mas de um instrumento político que traduz opções, prioridades e uma visão clara para o futuro de Santa Maria da Feira.-----

Estamos perante um orçamento que ultrapassa os 122 milhões de euros, com um crescimento de cerca de 5,4% face ao ano anterior, 2025, enquadrado no início de um novo ciclo autárquico, um ciclo que resulta de uma escolha democrática dos feirenses e que exige responsabilidade, capacidade de execução e proximidade às reais necessidades do território. -



Incunha
R.

A posição do PSD sobre este documento assenta na sua plena coerência com o programa eleitoral sufragado pelos feirenses, traduzindo em opções concretas os compromissos assumidos e a visão de desenvolvimento que foi claramente apresentada a votos. -----

Em primeiro lugar, importa destacar a solidez financeira do Município. Santa Maria da Feira apresenta indicadores de estabilidade e equilíbrio que devem ser reconhecidos. A receita aceita corrente é superior à despesa corrente, permitindo gerar uma poupança significativa. O nível de endividamento mantém-se controlado e dentro dos limites legais. O prazo médio de pagamento a fornecedores é reduzido, é de cerca de 10 dias em média, refletindo uma gestão responsável, rigorosa e credível. -----

Esta solidez financeira não é abstrata, é ela que permite ao município investir mais, apoiar mais e cuidar melhor das pessoas, sem comprometer o futuro. Para o PSD, o rigor orçamental é um pilar essencial de boa governação e de uma demonstração clara do respeito pelos recursos públicos e por todos os feirenses. -----

O orçamento de 2026 assume uma clara e deliberada aposta no investimento enquanto motor de desenvolvimento do Concelho. Estão previstas intervenções em áreas estruturantes como a habitação, a reabilitação urbana, a educação, a saúde, a mobilidade, o ambiente, o desporto, a cultura e a valorização do património. Esta opção traduz uma visão política consistente, de qualificar o território, reforçar a coesão entre freguesias e preparar Santa Maria da Feira para o desafio das próximas décadas. -----

O investimento público aqui inscrito é assumido com planeamento, responsabilidade e sentido estratégico, garantindo impacto real na vida das populações. -----

No plano social, este orçamento assume uma dimensão particularmente relevante e distintiva. Santa Maria da Feira apresenta, em 2026, um nível recorde de apoio na área social, refletindo uma clara prioridade da política do PSD, cuidar das pessoas em todas as fases da vida. -----



Ina Cunha
R.

Destaca-se o reforço significativo de apoio às IPSS, com um aumento histórico do financiamento destinado à construção e ampliação de creches, lares e outras respostas sociais, reconhecendo o papel insubstituível destas instituições no apoio às famílias, aos idosos e às pessoas mais vulneráveis. Este investimento é estruturante, significa mais vagas em creches, melhores respostas para os nossos seniores, mais proximidade social e mais dignidade para quem precisa de apoio.-----

A par disso, o Município mantém o programa de apoio à natalidade, uma medida com impacto direto nas famílias jovens que representa um sinal claro de confiança no futuro e de compromisso com a fixação da população no Concelho. O PSD acredita que apoiar quem decide ter filhos é investir no desenvolvimento humano, social e demográfico de Santa Maria da Feira. ---

No plano económico e territorial, este orçamento concretiza medidas relevantes para as famílias, pequenos negócios e coesão territorial. A manutenção do IMI abaixo da taxa máxima, com majorações em função do número de dependentes, constitui um apoio direto às famílias feirenses.----

A aplicação de uma derrama reduzida para pequenos negócios reflete uma opção clara de apoio ao comércio local, ao empreendedorismo e à criação de emprego nas freguesias.-----

Na saúde, prosseguem investimentos que reforçam a resposta de proximidade e melhoram o acesso aos cuidados de saúde. -----

No desporto, mantém-se a aposta no apoio ao movimento associativo e na qualificação dos equipamentos, promovendo hábitos de vida saudáveis, inclusão social e coesão comunitária.-----

No ambiente, prossegue-se o investimento na estrutura ecológica municipal, na mobilidade suave e na valorização de espaços verdes, afirmando Santa Maria da Feira como um concelho mais sustentável. -----

Na cultura, reforça-se a descentralização cultural, a valorização de eventos identitários e a preservação do património histórico, consolidando a nossa identidade feirense. -----



João Cunha
R.

É ainda de sublinhar a atenção dada às freguesias desagregadas, através de majorações financeiras, promovendo uma maior equidade territorial e justiça na distribuição de recursos. -----

O grupo municipal do PSD assume este plano e orçamento como um instrumento de governação plenamente alinhado com o mandato conferido pelos feirenses. É um orçamento que investe, que cuida, que apoia e que constrói futuro. Um orçamento para executar, para transformar e para responder às expectativas legítimas de todos os feirenses e de toda a população de Santa Maria da Feira. O nosso compromisso é com o Santa Maria da Feira, é com as suas freguesias e com todas as pessoas, com rigor, com proximidade e com visão de futuro.” -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara**, começando por agradecer o debate realizado em torno do futuro do concelho de Santa Maria da Feira, em particular no que respeita ao ano de 2026, agradecendo os contributos e as questões colocadas por todos os intervenientes. -----

Referiu que começaria pela Iniciativa Liberal, assinalando que esta identificou o orçamento como de rigor, equilíbrio e estabilidade, considerando que foi, precisamente, nesse plano que incidiram as críticas apresentadas pelo deputado Daniel Gomes e pelo Partido Socialista. Acrescentou que a solidez das contas municipais permite concretizar um investimento de grande dimensão, o qual, no seu entendimento, se encontra no terreno, é conhecido pelos presidentes de junta e está em execução, afirmando que esta foi uma das matérias centrais levantadas na intervenção do Partido Socialista. -----

Esclareceu que o orçamento é de 122 milhões de euros, explicando que, caso o Município não tivesse incluído no documento o saldo de gerência de 63 milhões de euros, poderia ser acusado de falta de transparência. Referiu que os munícipes têm o direito de saber que ao montante orçamentado acresce esse saldo de gerência, afirmando tratar-se de um exercício de transparência



orçamental. Acrescentou que a comunicação pública do valor global aproximado de 187 milhões de euros é feita de forma compreensível para os munícipes, ainda que não em linguagem técnica, reiterando que, se o saldo de gerência não fosse mencionado, poderia ser interpretado como ocultação dessa informação. -----

Relativamente às despesas com pessoal, afirmou que o referido pelo deputado Daniel Gomes corresponde ao que consta do documento, encontrando-se indicado que as despesas de pessoal são ajustadas às necessidades efetivas do Município. -----

No que respeita às amortizações da dívida, rejeitou a ideia de que o Executivo esteja a seguir orientações do PS, esclarecendo tratar-se de uma política já aplicada em exercícios anteriores. Considerou que a amortização da dívida traduz robustez financeira e é uma opção positiva, acrescentando que, se dependesse apenas da sua vontade, teria amortizado ainda mais, não fosse a limitação imposta pelas entidades bancárias. -----

Quanto ao aumento das receitas, referiu que o mesmo reflete dinamismo económico do território, resultante não apenas da ação da Câmara Municipal, mas também das pessoas, empresas e comércio do Concelho, que o Município procura acompanhar e, sempre que possível, potenciar. -----

Relativamente ao plano de coesão territorial, referiu que o Município poderia não dispor de um plano dessa natureza, sublinhando a diferença de perspetiva sobre esta matéria. Acrescentou que apresentou a proposta em diversas freguesias e que a mesma foi compreendida pela população, referindo que os resultados eleitorais o evidenciaram. -----

Esclareceu que o plano não constitui crítica ao trabalho de anteriores ou atuais presidentes de junta, mas antes resulta da constatação de que as freguesias desagregadas necessitavam de reforço financeiro e de apoio suplementar. Considerou que a avaliação essencial deveria incidir em concordar ou discordar da medida. -----

Quanto às questões de liquidez das juntas de freguesia, afirmou que a



João Cunha
R.

legislação aplicável e o respetivo enquadramento temporal devem ser considerados, salientando o apoio prestado pela Câmara Municipal e os esclarecimentos transmitidos aos presidentes de junta. Criticou a assunção, por alguns intervenientes, de um papel de porta-voz das juntas, referindo que os próprios presidentes de junta, que conhecem o quotidiano, não colocaram essas questões nesses termos, encontrando-se a resolver os problemas com dificuldades. -----

No que respeita às IPSS, considerou inadequada a desvalorização do esforço financeiro do Município, que, segundo referiu, pode atingir €500.000. Indicou que o enquadramento consta do regulamento aplicável, acrescentando que as IPSS conhecem e aguardam a medida, referindo que se encontram presentes na sessão dirigentes de IPSS, que o poderão confirmar. Disse ainda que o Município aguarda a abertura do programa PARES para compartilhar a parte não financiada, acrescentando ter transmitido essa preocupação à Sra. Secretária de Estado da Segurança Social. Referiu que o regulamento contempla, igualmente, solução para o caso de inexistência de candidaturas ou de não abertura de programas, o que, no seu entendimento, demonstra a capacidade financeira municipal de apoiar. -----

Mencionou ainda a obra em curso em Santa Maria de Lamas, referindo a respetiva candidatura e o contributo da população local, reafirmando o compromisso do Município no cumprimento das suas responsabilidades.---

No domínio da natalidade, referiu existir divergência de visão, defendendo que o Município não deve impor às famílias a forma de utilização dos seus recursos, sustentando que a sua perspetiva assenta na confiança nas pessoas e nas suas decisões. -----

Quanto à tarifa social da água, referiu que o programa do PSD foi apresentado de forma clara, recordando que sempre assumiu que a matéria seria tratada no momento adequado e que tal constava do programa, salientando que o mandato tem a duração de quatro anos e defendendo a



hoje
R.

legitimidade de evolução de posições e de integração de contributos da oposição. -----

Relativamente aos Paços do Município, recordou que foi sugerida, no passado, a hipótese de abandono do projeto em favor do túnel da Cruz, esclarecendo que a prioridade tem sido dada ao túnel, sem prejuízo da continuidade do projeto dos Paços do Município, afirmando não ver falta de transparência nessa matéria. -----

No que respeita à educação, referiu que, no seu entendimento, o PS teve oportunidades que não concretizou, mencionando a situação da escola secundária de Paços de Brandão e do Colégio de Lamas. -----

Sobre a existência de amianto em algumas escolas, afirmou que a situação será resolvida, recordando que o Município já tinha resolvido a questão nas escolas que estavam sob a sua responsabilidade e que os edifícios com esse problema são os transferidos pelo Estado. Informou que os procedimentos já foram iniciados e que o projeto de execução de duas escolas se encontra em fase avançada, referindo existir, no seu entendimento, desinformação recorrente nesta matéria. -----

Relativamente à robótica, informou que daria a palavra à Sra. Vereadora para prestar esclarecimentos, acrescentando tratar-se de uma aposta do Município com cerca de 10 anos. -----

Quanto à pista de atletismo de Sanfins, informou que o projeto se encontra em revisão, recordando que esteve pendente de parecer da APA. -----

Sobre a nave desportiva, referiu que se tratou de proposta apresentada pelo PS e pelo Chega, acrescentando que o Executivo definiu como prioridade construir e reabilitar pavilhões antes de avançar com essa solução. -----

Relativamente à Rua dos Murtórios, referiu que se encontrava presente o presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas, que poderia esclarecer o ponto de situação, incluindo a aquisição de terreno e o projeto em execução. -----

Esclareceu que a Casa do Povo de Fiães é propriedade do Município,



João Cunha
R.

mantendo-se a designação, e referiu existirem questões a resolver em Santa Maria de Lamas relacionadas com a FUNCAP – Fundação Casa do Povo, bem como com a Comissão Fabriqueira, afirmando ser intenção do Município resolver essas situações e desenvolver a área central de Santa Maria de Lamas.-----

Quanto ao tema do hospital, referiu já ter prestado os esclarecimentos possíveis, indicando que não se repetiria. Ainda assim, solicitou ao membro Daniel Santos contributo quanto a soluções de estacionamento associadas a eventos com elevada afluência, questionando, em termos gerais, qual a resposta possível para situações com dezenas de milhares de visitantes e milhares de viaturas, referindo que aceitará propostas apresentadas, assinalando que eventos de grande dimensão colocam desafios semelhantes em diferentes cidades. -----

Relativamente às tabuletas no centro histórico, referiu que existem temas análogos no bairro comercial, acrescentando que algumas situações inicialmente desvalorizadas tendem a ser reavaliadas com o tempo.-----

Considerou redutor resumir a atividade cultural do Município à questão da realização do projeto “Dias do Burgo”, acrescentando que, quando o Município avançar com esse evento, este será igualmente sujeito a apreciação pública.-----

Sobre o Parque Condes de Fijô, referiu que foram mencionadas intervenções associadas a um período temporal que, no seu entender, não corresponde ao correto, esclarecendo que o contacto com o arquiteto Sidónio Pardal ocorreu há três anos e que, segundo afirmou, várias intervenções propostas já foram executadas. -----

No que respeita à mobilidade, reconheceu existir um problema que extravasa o concelho, abrangendo a Área Metropolitana do Porto. Referiu que, quando for ouvido quem de direito, nomeadamente o responsável da empresa metropolitana, será possível confirmar que o uso do transporte público em Santa Maria da Feira aumentou 30%. Acrescentou que, no âmbito da UNIR,



João Cunha
R.

mais de 98% das linhas estão a funcionar, ressalvando que a sua preocupação se centra nas pessoas afetadas pelos 2% de situações ainda não regularizadas. -----

Quanto à articulação com as freguesias, afirmou que o Executivo mantém contacto regular com as mesmas, encontrando-se ao corrente dos problemas existentes. -----

Em relação ao desenvolvimento económico, referiu que existe um plano de recuperação das zonas industriais do Concelho em curso, incluindo a área do Roligo. Acrescentou que, no debate político, por vezes, se desvaloriza a intervenção municipal na atração de empresas, mas se atribui à autarquia responsabilidade por situações negativas, considerando tratar-se de dinâmica própria da oposição. -----

Sobre o Eixo das Cortiças, informou que o traçado se encontra definido e que as propriedades a atravessar estão identificadas, acrescentando que o projeto é antigo e que pretende lançar a obra em breve. -----

Quanto aos lotes industriais, esclareceu que se encontram vendidos, estando sujeitos a prazo para construção, existindo direito de reversão caso não seja cumprida a obrigação. Informou que, nos últimos quatro anos, esse direito foi exercido relativamente a cerca de 20 proprietários, processo que continuará afirmando que, por isso, as declarações mencionadas relativas à venda dos lotes são compatíveis com a existência do ónus de construção e, com a reversão, em caso de incumprimento. -----

Relativamente à intervenção do membro Rui Oliveira (IL), referiu que os saldos de gerência resultam também do elevado número de obras em curso no terreno, que transitam de um ano para o outro. Contrariou a ideia de existência generalizada de concursos desertos, referindo que o Executivo tem trabalhado para evitar essa situação e que, num contexto de forte investimento, é difícil concluir todas as obras no mesmo ano, o que se reflete nos saldos quando há transições. Sublinhou que a preocupação do Executivo é assegurar que, existindo dotação financeira, as obras são



ma Cunha
R.

executadas.-----

Sobre o tribunal, informou que a proposta a apresentar inclui estacionamento subterrâneo, referindo já ter transmitido essa informação em reunião de Câmara.-----

No domínio das ciclovias e caminhos pedonais, referiu que o Município iniciou a criação de redes com maior dimensão e conforto, com o objetivo de ligação progressiva entre freguesias. Indicou que o Europarque já se encontra ligado a Rio Meão, que o objetivo seguinte é chegar a Paços de Brandão e que existe ambição de ligação à cidade de Lourosa, faltando um troço intermédio, acrescentando que o planeamento é público e pode ser consultado. -----

Quanto à redução do número de veículos, reconheceu tratar-se de um problema de grande dimensão, referindo que, apesar de políticas locais, nacionais e internacionais, o número de automóveis continua a pressionar as redes e infraestruturas urbanas.-----

Informou que a Linha do Vouga se encontra sob estudo do Governo quanto à viabilidade económica e que o tema tem sido debatido nesta Assembleia. Quanto à Linha de Alta Velocidade, referiu que, no âmbito da comissão de acompanhamento criada por esta Assembleia, será possível conhecer o ponto de situação e o trabalho desenvolvido pelo Município.-----

No domínio da habitação, afirmou partilhar a ideia de que uma parte deve ser pública, mas que a maioria deverá resultar do funcionamento do mercado. Acrescentou que o Município registou aumento de 24% nos licenciamentos urbanos de um ano para o outro, o que exige maior agilidade dos serviços, tendo sido necessário reforçar recursos humanos e apostar em plataformas digitais e em inteligência artificial na análise de processos. Reiterou que a expectativa é que o aumento da oferta contribua para contenção de preços.-----

Quanto à pista de atletismo, referiu já ter prestado explicação, acrescentando que a anunciada pista de ciclismo não será coberta. No



âmbito do desporto, informou que o Município pretende assegurar acompanhamento académico para que os programas desportivos disponham de métricas de avaliação do contributo de cada iniciativa para o aumento da prática desportiva. -----

Relativamente ao alívio fiscal, referiu que o Executivo compreende a orientação da IL e tende para ela sempre que possível, procurando também outras formas de redistribuição junto das famílias, destacando o incentivo à natalidade.-----

Quanto ao referido pela deputada municipal Juliana Carvalho (CH) sobre alegada incapacidade de execução, informou que se encontram em execução cerca de 120 milhões de euros em obras de infraestruturas no terreno, reconhecendo constrangimentos que têm de ser ultrapassados e reiterando a intenção de melhorar. Sublinhou que, após o lançamento de concurso, a obra fica financeiramente assegurada, sendo do interesse do Município que a execução seja célere.-----

No que respeita à transparência das empresas municipais, afirmou que esta é total, salientando que a deputada municipal pode analisar a atividade da empresa municipal, documento a documento. -----

Relativamente às políticas fiscais e às propostas apresentadas pelo Chega, referiu que o Executivo compreende as preocupações, nomeadamente no apoio à natalidade, saúde e educação, esclarecendo que as medidas implementadas correspondem ao que é suportável pelo orçamento municipal, sem excluir a possibilidade de reforço ou melhoria futura. -----

Por fim, o Sr. Presidente passou a palavra à Sra. Vereadora Ana Beatriz Silva, para responder à questão da robótica.-----

Interveio a Vereadora com o pelouro da Educação e Juventude, **Ana Beatriz Silva**, que, relativamente à questão colocada pelo membro Daniel Gomes, referiu entender que a mesma se reportava ao projeto Bots & Kids. Esclareceu que, no seguimento do anteriormente referido pelo Sr. Presidente



hacinho
R.

da Câmara, há mais de 10 anos que o Município, através das componentes de apoio à família, introduziu temáticas como a robótica, a programação e as TIC, numa lógica de projeto-piloto no âmbito das CAF e das AAAF, com resultados, no seu entender, muito positivos. -----

Acrescentou que, na sequência da procura manifestada por pais, alunos e professores, no ano letivo de 2017/2018 foi iniciado, no pré-escolar e já com financiamento, um primeiro esboço do que é atualmente o projeto Bots & Kids. -----

Referiu ainda que, entre 2018 e 2021, também no âmbito do PIICIE — Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar, foi efetuado novo alargamento do projeto ao 1.º e 2.º ciclos. Indicou que, em janeiro de 2023, foi aprovado financiamento do PRR por um período de 36 meses, abrangendo o projeto desde o pré-escolar até ao 1.º ciclo, envolvendo cerca de 6.000 alunos e 300 turmas, salientando que o membro Daniel Gomes já integrava a Assembleia nessa data. -----

Sublinhou que, por razões de valorização, transparência e rigor, o projeto tem um custo aproximado de meio milhão de euros e que, para assegurar a sua continuidade ao longo de três anos, dificilmente o Município conseguiria suportar um investimento dessa dimensão exclusivamente com recursos próprios. -----

Esclareceu que, com o término do financiamento do PRR, o Município já assumiu o compromisso de garantir a continuidade do projeto no pré-escolar, abrangendo cerca de 2.000 alunos e 100 turmas, o que corresponderá a um investimento anual na ordem dos €75.000. Referiu que essa continuidade será assegurada de forma gradual, mantendo-se a procura de investimento e a submissão deste tipo de projetos a financiamento, com vista a dar-lhes continuidade. -----

Acrescentou que, ao longo dos três anos de implementação do projeto, para além da aquisição de equipamentos, como robots, todos os alunos do 1.º ciclo foram dotados de kits digitais e todos os professores receberam



da Cunha
R.

formação. Esclareceu que o programa funcionava com o professor titular presente na sala de aula, acompanhado por outro docente responsável pela leção destas componentes, tendo o Município assegurado igualmente a formação dos docentes nestas áreas. Referiu ainda que as escolas ficaram com o equipamento disponível para utilização nas diferentes disciplinas e que existem docentes com formação e informação para esse efeito.-----

Referiu que, atendendo ao investimento consistente do Município na área da educação, foi igualmente aprovado, no âmbito do Norte 2030, outro projeto, no valor de €1,9 milhões, designado Click, salientando que a área da Educação tem vindo a desenvolver um trabalho gradual de atualização face às necessidades identificadas e às orientações constantes do plano estratégico educativo municipal.-----

Esclareceu que não está em causa a descontinuação do investimento nesta área, mantendo-se o investimento e a aquisição de equipamento, mas salientou ser necessário recorrer a financiamento externo, atendendo aos valores envolvidos. -----

Concluiu referindo que esta é a razão pela qual o Município não assume a totalidade do financiamento com recursos próprios, sendo os investimentos próprios apenas possíveis de forma sustentável, o que implica uma implementação gradual, assegurando a continuidade da resposta. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 40 votos a favor (PSD: 38, IL, IND) e 18 abstenções (PS: 14, CH: 4), aprovar a proposta das Opções do Plano e do Orçamento Municipal para o ano de 2026.-----

Saíram os membros Roberto Oliveira e Fausto Sá.-----

8 – Mapa de Pessoal para 2026 -----

9 – Manutenção do Suplemento de Penosidade e Insalubridade para



João Cunha
R.

2026 -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu os assuntos em epígrafe, informando que, conforme acordado em sede de Comissão Permanente, os mesmos seriam apreciados em conjunto. De seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, o qual cometeu à Sr.^a Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, **Sónia Azevedo**, a explanação dos assuntos, a que se referem as deliberações camarárias de 15 de dezembro de 2025 e restante documentação que as acompanham – oportunamente disponibilizadas aos membros desta Assembleia Municipal.

Interveio o membro **Rui Oliveira** (IL), referindo existir a perceção de que a Iniciativa Liberal seria favorável ao despedimento de funcionários públicos, esclarecendo que essa não é a posição do partido. Explicou que a IL defende, antes, a aplicação de critérios de racionalidade na gestão dos recursos humanos. -----

Relativamente ao mapa de pessoal apresentado, referiu não ter objeções. Questionou, contudo, se o Município tem sentido dificuldades no recrutamento, atendendo a que, na última reunião da Associação Nacional de Municípios Portugueses, terá sido identificado como problema crescente a falta de preenchimento de concursos públicos. Nesse contexto, questionou que medidas poderão ser adotadas para tornar mais atrativa a contratação de quadros qualificados. -----

Acrescentou ainda que, caso se venha a confirmar a intenção do Governo de impor um prazo de oito dias para os licenciamentos, tal representará, no seu entendimento, um desafio significativo, em particular na área do urbanismo, questionando de que forma o Município poderá dar resposta eficaz a essa eventual exigência. -----

Usou da palavra a deputada municipal **Juliana Carvalho** (CH), que, relativamente à manutenção do suplemento de penosidade e insalubridade



+
Inacurba
R.

para 2026, referiu que o grupo municipal do Chega considerava relevante deixar algumas considerações. Salientou que a medida tem por objetivo compensar financeiramente os trabalhadores que desempenham funções em condições particularmente difíceis ou degradantes, sendo dirigida aos trabalhadores integrados na carreira geral de assistente operacional. Acrescentou que o suplemento constitui igualmente um instrumento de valorização dos recursos humanos, funcionando como fator de retenção de pessoal em áreas com elevada rotatividade ou com dificuldades de recrutamento.-----

Interveio a deputada municipal **Fátima Oliveira** (PS), que começou por sugerir que, em futuras apresentações destes documentos, atendendo à sua extensão e complexidade, fosse disponibilizado um mapa mais sintético, designadamente com a variação entre o ano anterior e o ano em análise, de modo a facilitar a compreensão e o esclarecimento.-----

De seguida, colocou duas questões: em primeiro lugar, qual a variação global do número de postos de trabalho face a 2025, distinguindo entre criação, manutenção e extinção; e, em segundo lugar, quantos dos postos atualmente vagos se prevê que venham a ser efetivamente ocupados em 2026, bem como a indicação dos serviços onde tal se prevê ocorrer.-----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que, em resposta à intervenção do membro Rui Oliveira (IL), confirmou que o Município, à semelhança da esmagadora maioria das câmaras municipais, enfrenta dificuldades no recrutamento, em particular de técnicos superiores ligados à área da engenharia. Referiu que, apesar de terem sido efetuadas contratações, estas não ocorrem em número suficiente para suprir as necessidades existentes, salientando que, noutros municípios, os concursos chegam a ficar desertos.-----

Acrescentou que se trata de um problema que não é solucionável ao nível de



F
Macunhe
R.

um único município, salvo nos casos em que estes se inserem em zonas com elevada densidade populacional, entendimento que, referiu, foi igualmente manifestado no congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.-----

Nesse sentido, afirmou que será exigida junto do Governo a valorização das carreiras da Administração Local, sublinhando que, nesta, ao contrário da Administração Central, existem apenas três carreiras, técnico superior, assistente técnico e assistente operacional, sendo que esta última abrange funções muito distintas, desde auxiliares de ação educativa a motoristas, o que considerou constituir um problema estrutural relevante. Salientou que a única forma de enfrentar esta situação passa pela valorização das carreiras da Administração Local.-----

Relativamente à intervenção da deputada municipal Juliana Carvalho (CH), agradeceu as considerações efetuadas.-----

Quanto à sugestão relativa aos mapas apresentados, colocada pela deputada municipal Fátima Oliveira (PS), reconheceu que estes se apresentam atualmente mais complexos, em resultado de alterações introduzidas no presente ano, correspondendo, contudo, ao cumprimento das exigências legais em vigor. Esclareceu que, embora os mapas tenham de ser apresentados nos termos impostos pela lei, nada obsta a que seja disponibilizada informação mais sintética, para melhor compreensão.-----

No que respeita às questões sobre a variação do número de trabalhadores, referiu que essa informação será analisada e prestada aquando da prestação de contas. Adiantou, ainda assim, que o Município conta com cerca de 1.350 trabalhadores, encontrando-se mais de metade afetos à área da educação, situação que comparou ao que ocorre na Administração Central, onde os recursos humanos ligados ao Ministério da Educação representam igualmente uma parcela significativa. -----

Quanto aos postos de trabalho vagos, esclareceu que se trata de previsões, existindo sempre lugares abertos ao longo do ano e sendo os próprios



João Cunha
R.

serviços a sinalizar as suas necessidades, pelo que é expectável que nem todos os postos previstos venham a ser preenchidos ao longo de 2026.-----

Assim sendo, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu o ponto n.º 8 a votação, clarificando que o ponto n.º 9 é para conhecimento, não estando sujeito a votação.-----

8 – Mapa de Pessoal para 2026-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 42 votos a favor (PSD:36, CH:4, IL, IND), 0 votos contra e 14 abstenções (PS), aprovar a proposta do Mapa de Pessoal para o ano de 2026, nos termos da deliberação camarária supraidentificada.-----

9 – Manutenção do Suplemento de Penosidade e Insalubridade para 2026---

A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento do assunto em referência.-----

10 – Eleição do Presidente de Junta de Freguesia para o Conselho Municipal de Educação – quadriénio 2025-2029-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe, a que se refere a deliberação camarária de 11 de dezembro de 2025 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Deu entrada na Mesa proposta apresentada pelo grupo municipal do PSD, do seguinte teor:-----

“O Grupo Municipal do PSD, tendo em vista a eleição de Presidente de Junta de Freguesia para o Conselho Municipal de Educação – quadriénio 2025-2029, vem pelo presente indicar ao ato, o seguinte Presidente de Junta: ---
- Filipe Edgar Reis Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Rio Meão.” ---



João Cunha
R.

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS), que, relativamente a este ponto, informou que o grupo municipal do PS indicava o Presidente da Junta de Freguesia de Pigeiros, António Alves Cardoso. Acrescentou que o mesmo desempenhou, na área da Educação, os cargos de Diretor do Agrupamento de Escolas António Alves Amorim, Presidente do Conselho Executivo, Presidente do Conselho Diretivo e Orientador Pedagógico do ensino secundário, sendo professor do ensino secundário. Concluindo, entregou à Mesa o respetivo documento.-----

Ficaram assim designadas, pela Mesa, as duas listas apresentadas: -----

Lista A (PSD) – Presidente da Junta de Freguesia de Rio Meão: Filipe Edgar Reis Dias, -----

Lista B (PS) – Presidente da Junta de Freguesia de Pigeiros: António Alves Cardoso.-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto e por maioria, com 37 votos na lista A e 19 votos na lista B, aprovar a lista A, ficando, por conseguinte, eleito o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Rio Meão – Filipe Edgar Reis Dias, para representar as Juntas de Freguesia do Concelho no Conselho Municipal de Educação de Santa Maria da Feira (quadriênio 2025-2029). -----

11 – Designação de dois representantes na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais de Santa Maria da Feira -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe, a que se refere a deliberação camarária de 15 de dezembro de 2025 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS), referindo que já tivera



A. Inácio

R.

oportunidade de transmitir ao representante do grupo municipal do PSD o entendimento que iria expor, por considerar que o esclarecimento prestado não seria o correto, ainda que, no mandato anterior, tivesse sido seguido esse método.-----

Referiu que se encontra em causa a indicação de duas pessoas para representar a Assembleia Municipal na Comissão Municipal em referência, salientando que, na leitura que fez do diploma que regula a comissão, não resulta, em momento algum, a obrigatoriedade de a designação ocorrer por apresentação de lista.-----

Acrescentou que, no entendimento do grupo municipal do PS, deveriam ser indicadas pessoas a votação, sendo consideradas eleitas as que obtivessem maior número de votos. Referiu que o PS procurou que uma das indicações recaísse sobre uma pessoa proposta pelo PSD e a outra pelo PS, mas que, do que percebeu, não existia abertura do PSD para essa solução. -----

Salientou que, não havendo essa disponibilidade, o grupo municipal do PS entregaria uma lista, indicando duas pessoas, acompanhada de breve nota biográfica. Acrescentou que, do que apurou, as pessoas indicadas não teriam de ser necessariamente membros da Assembleia Municipal, tendo o PS optado por escolher pessoas com competências e experiência, de modo a representarem esta Assembleia na comissão com conhecimento e a transmitirem posteriormente à Assembleia o trabalho aí desenvolvido. -----

Concluiu deixando a questão à consideração da Mesa.-----

Interveio o membro **João Cunha** (PSD), que salientou que, nos termos do Decreto-Lei n.º 82/2021, nomeadamente do artigo 29.º, n.º 3, alínea b), cada comissão municipal de gestão integrada de fogos rurais integra até dois representantes das freguesias do concelho, a designar pela Assembleia Municipal. Esclareceu, assim, que, no seu entendimento, não se trata de representantes da Assembleia Municipal, mas de representantes das freguesias. -----



João Cunha
R.

Referiu que a Assembleia é chamada a designar dois representantes das freguesias e que, nesse contexto, considerou que, por regra, os representantes das freguesias são, em primeira linha, os respetivos presidentes de junta. -----

Acrescentou que, do seu ponto de vista, não procede o argumento de que os indicados devam ser técnicos, porquanto, analisando o n.º 3 do artigo 29.º do referido diploma, a composição da comissão municipal já integra diversos elementos com perfil técnico, designadamente: o presidente da Câmara Municipal; um representante do ICNF; o coordenador municipal de proteção civil; representantes das forças de segurança; e elementos de comando dos corpos de bombeiros. Referiu que, por essa razão, a intenção do legislador não seria a de a Assembleia Municipal designar técnicos, mas antes assegurar a presença de representantes das freguesias, com conhecimento do território, que contribuam para os trabalhos da comissão. -----

Concluindo, referiu compreender a posição do grupo municipal do PS, por a considerar de natureza política, mas recordou a composição resultante do ato eleitoral, indicando que o PSD dispõe de 18 eleitos e o PS de 10 eleitos. Acrescentou que a votação expressa pelos eleitores deve ser respeitada, questionando se o grupo municipal do PS pretendia desconsiderar essa expressão eleitoral. -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** referiu que o que resulta da lei, como já mencionado pelo João Cunha, é exatamente isto, que integra a comissão até dois representantes das freguesias do concelho a designar pela assembleia municipal. -----

Disse que, assim, a proposta é que sejam apresentadas listas, à semelhança, como teve a oportunidade de comunicar à Susana Correia, ao que foi feito no mandato anterior. Salientou que esta questão não foi discutida em sede da Comissão Permanente, pelo que, neste momento, não há outra posição que não esta, a da apresentação de listas, pedido que as mesmas fossem



presentes à Mesa. -----

Deu entrada na Mesa proposta apresentada pelo grupo municipal do PSD,
do seguinte teor: -----

“O grupo municipal do PSD, tendo em vista a designação de dois
representantes na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais
de Santa Maria da Feira, considerando que o que é pretendido é que sejam
indicados até dois representantes das juntas de freguesia do concelho,
seguindo o critério já utilizado em eleição anterior, vem apresentar como
candidatos, presidentes de junta de zonas com área florestal, indicando ao
ato os seguintes Presidentes de Junta: -----

- Licínio Francisco de Sousa da Costa Loureiro, Presidente da Junta de
Freguesia de Canedo; -----
- Nuno Joel Valente de Sousa Rocha, Presidente da Junta de Freguesia de
Romariz.”-----

Interveio novamente a deputada municipal **Susana Correia** (PS),
informando que o grupo municipal do PS apresentava uma lista com a
indicação de duas pessoas. -----

Indicou, em primeiro lugar, Ricardo Lamas, bombeiro da Associação
Humanitária dos Bombeiros de Lourosa, com licenciatura em Engenharia de
Proteção Civil, credenciação operacional para queima e credenciação pelo
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, referindo que possui
formação na área dos incêndios rurais e elevada experiência nesse domínio.
Indicou, em segundo lugar, o Presidente da Junta de Freguesia de Pigeiros,
António Alves Cardoso, com licenciatura e mestrado em Engenharia
Mecânica, salientando que, indo ao encontro do critério referido pelo
deputado do PSD, se trata de um representante de freguesia, nomeadamente
de Pigeiros, caracterizada, segundo referiu, por ser povoada e com arvoredo.
Concluindo, entregou à Mesa o documento com as notas biográficas das



João Cunha
R.

pessoas indicadas. -----

Ficaram assim designadas, pela Mesa, as duas listas apresentadas: -----

Lista A (PSD) – Presidente da Junta de Freguesia de Canedo: Licínio Francisco de Sousa da Costa Loureiro, e -----

– Presidente da Junta de Freguesia de Romariz: Nuno Joel Valente de Sousa Rocha; -----

Lista B (PS) – Ricardo Daniel Rodrigues Lamas, e -----

– Presidente da Junta de Freguesia de Pigeiros: António Alves Cardoso. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto e por maioria, com 38 votos na lista A e 18 votos na lista B, aprovar a lista A, designando, por conseguinte, como representantes das freguesias do Concelho na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais de Santa Maria da Feira, o Presidente da Junta de Freguesia de Canedo: Licínio Francisco de Sousa da Costa Loureiro, e o Presidente da Junta de Freguesia de Romariz: Nuno Joel Valente de Sousa Rocha. -----

O membro **António Cardoso**, Presidente da Junta de Freguesia de Pigeiros (PS), efetuou o seguinte voto de protesto: -----

“Eu venho aqui manifestar um voto de protesto, porque fui impedido, na votação do ponto 11, de poder escolher pessoas. Fui obrigado a escolher uma lista. Acho que foi injusto, foi incorreto. Quero fazer pedagogia política, porque o facto de vocês terem maioria, não vos dá o direito de nos tratar desta forma, porque é para votar em pessoas, e nós não votamos em pessoas. Eu, do PS, podia votar em duas pessoas do PSD, secretamente, nas pessoas. É a questão do respeito da lei, o ponto da lei diz “pessoas”, não diz “listas”. Era só isto.” -----

De seguida, o membro **João Cunha** (PSD) pediu a palavra para defesa da



honra, em virtude do membro António Cardoso, na deslocação para o seu lugar, lhe ter dirigido as palavras “Cresce e aparece”. Disse o seguinte:-----

“O senhor Presidente de Junta, que merece o meu respeito, tem muitas virtudes, mas tem pouco autocontrolo. -----

Política é isto, discutimos, discordámos, aceitamos, outras vezes não aceitamos. Passar por um colega que está aqui livremente a discutir e dizer “cresce e aparece”, isto parece uma taberna! -----

Não conta comigo para isso. Continua a ter o meu apoio sempre que precisar, sempre que precisar de ajuda, também. -----

Se o senhor quiser vir aqui dizer a verdade. Estava a falar ali com o colega sobre as listas, eu não me pronunciei sobre se é por lista ou não. Estava a falar com o deputado Rui (Oliveira) sobre isso, ele não me deixa mentir. E não me ouviram aqui a falar sobre as listas. Ouviram falar sobre o conteúdo e as pessoas que lá estavam, e que não vinha para aqui falar mal do Ricardo, do Manuel ou do Joaquim. Disso, eu não vim falar. -----

Eu disse é que tínhamos candidatos, que tínhamos 18-10 como resultado, e que era uma decisão que o povo votou em nós, e escolheu este resultado. E nós íamos tomar opções políticas. Não pelo senhor Presidente ser mau. Não acho isso, não penso isso. E não conta comigo para o agredir, de forma alguma. Eu respeito, o senhor ganhou, e ganhou porque as pessoas votaram em si. Nunca lhe vou dizer uma coisa dessas, porque eu acredito na democracia, mas a democracia não é só quando eu gosto.” -----

A deputada municipal **Susana Correia** (PS) fez chegar à Mesa voto de protesto, por escrito, com o seguinte teor: -----

“O Grupo Municipal do Partido Socialista vem, nos termos regimentais aplicáveis, apresentar à Senhora Presidente da Assembleia Municipal o presente Voto de Protesto, relativo à forma de votação adotada no Ponto 11 da Ordem de Trabalhos da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 19 de dezembro de 2025, respeitante à designação de dois



Freixo
R.

representantes das freguesias do concelho para integrarem a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais. -----

Considerando que: -----

1. Nos termos do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais integra, entre outros membros, “até dois representantes das freguesias do concelho, a designar pela Assembleia Municipal”;-----
2. A referência legal à designação de representantes pressupõe um ato de escolha individual, claro e identificável, permitindo à Assembleia Municipal pronunciar-se de forma autónoma sobre cada uma das pessoas propostas;
3. Na sessão referida, a designação dos dois representantes foi submetida a votação em lista, e não nome a nome, impossibilitando uma apreciação e votação diferenciada de cada designação;-----
4. Atendendo à natureza estratégica, técnica e operacional da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, bem como à relevância das suas competências no domínio da prevenção e gestão do risco de incêndio rural, a escolha dos seus membros deve revestir-se do maior rigor e clareza;
5. Entendemos que o procedimento adotado não se afigura conforme com a finalidade prevista na lei de “designar até dois representantes das freguesias do concelho”, a integrar a referida comissão e não qualquer eleição de determinada lista. -----

Nestes termos, o Grupo Municipal do Partido Socialista: -----

1. Manifesta, através do presente Voto de Protesto, a sua discordância quanto à forma como foi efetuada a votação do Ponto 11, da sessão ordinária da assembleia municipal de 19 de dezembro de 2025, por considerar que a designação dos representantes deveria ter sido realizada através de votação individual, nome a nome; -----
2. Requer que o presente Voto de Protesto fique integralmente registado em ata, para os devidos efeitos institucionais e políticos;-----
3. Solicita à Senhora Presidente da Assembleia Municipal que promova, em



Ass. Curia
R.

momento oportuno, a reapreciação do procedimento adotado, designadamente através da clarificação das regras de votação aplicáveis a futuras designações de representantes em órgãos e comissões externas, ou, se tal vier a revelar-se juridicamente adequado, mediante nova deliberação que assegure a conformidade com o enquadramento legal.”-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

A Sra. Presidente da Assembleia, introduzindo o período em epígrafe, informou da existência da seguinte inscrição:-----

1 – **António Pinto**-----

Assunto: Falta de políticas sociais no Concelho.-----

Informou ao munícipe que, nos termos regimentais, tinha cinco minutos de intervenção, numa intervenção única.-----

O munícipe **António Pinto** iniciou a sua intervenção esclarecendo que a mesma não tinha carácter partidário, assumindo inteira responsabilidade pelas opiniões expressas, as quais não vinculavam qualquer entidade. Referiu que intervinha enquanto jovem e representante de jovens do sistema de acolhimento, com o objetivo de apresentar propostas e soluções concretas para o Concelho.-----

Apresentou-se como munícipe, membro do Conselho Nacional Consultivo de Crianças e Jovens Acolhidas em Portugal, ao abrigo da Portaria n.º 450/23, de 22 de dezembro, e estudante da Licenciatura em Serviço Social. -----

Expôs a existência de um problema que considerou real, a nível nacional e também no concelho de Santa Maria da Feira, relacionado com a inexistência de apartamentos de autonomização, no âmbito da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. -----

Enquanto representante de crianças e jovens acolhidos, afirmou considerar ser seu dever defender os seus direitos, preocupações e interesses sociais. Referiu que a Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, nomeadamente nos artigos



f
Incunha
R.

34.º e 35.º, prevê medidas de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens em perigo, aplicáveis até aos 18 anos e, atendendo ao superior interesse da criança ou do jovem, passíveis de prolongamento até aos 25 anos. -----

Esclareceu que esse prolongamento pode ocorrer através do acolhimento em apartamentos de autonomização, considerando as características individuais e o percurso de cada jovem, ou através do acolhimento residencial, cabendo sempre ao jovem decidir se pretende prolongar a medida, de acordo com o seu projeto de vida. -----

Sublinhou a importância dos apartamentos de autonomização na transição dos jovens das casas de acolhimento para uma vida mais autónoma, salientando igualmente a necessidade de assegurar uma transição subsequente para a plena autonomia. -----

Referiu que Santa Maria da Feira dispõe de várias instituições particulares de solidariedade social que acolhem crianças e jovens de diferentes idades, mas observou que muitos jovens que chegam ao concelho, na sequência da retirada do seu meio familiar, optam por sair das casas de acolhimento aos 18 anos, por sentirem necessidade de crescimento pessoal e de maior autonomia, o que considerou compreensível e legítimo. Acrescentou que, nessas situações, acabam frequentemente por procurar outras respostas sociais que lhes permitam prosseguir o seu percurso de vida de forma mais autónoma. -----

Introduziu uma nota de carácter pessoal, que considerou relevante para a compreensão da realidade exposta, referindo que, enquanto jovem maior de idade que permanece no sistema de acolhimento por opção, vive, à semelhança de muitos outros jovens a nível nacional, a incerteza associada à transição para a autonomia. Esclareceu que esta fase não se resume à entrada na vida adulta, dependendo antes da existência de respostas concretas que assegurem continuidade, estabilidade e integração social.----

Afirmou que a inexistência de apartamentos de autonomização no concelho



onde os jovens se encontram integrados os coloca, muitas vezes, perante a necessidade de sair não por opção, mas por ausência de alternativas adequadas. -----

Dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara e aos vereadores, apelou à reflexão sobre as crianças e jovens que vêm para Santa Maria da Feira, onde criam laços afetivos e sociais e se identificam com a cultura e tradições locais, referindo, a título pessoal, residir no concelho há seis anos e sentir-se feirense. Salientou, contudo, que muitos destes jovens acabam por considerar a saída do concelho por falta de possibilidade de acesso a habitação ou por inexistirem respostas sociais adequadas ao seu projeto de vida. -----

Sublinhou ainda que os jovens provenientes do sistema de acolhimento não pretendem ser tratados como “coitadinhos” ou como “vulneráveis”, esclarecendo que, embora tenham vivido períodos de vulnerabilidade, atualmente pretendem ser reconhecidos como qualquer outro jovem do concelho, com iguais oportunidades e direitos, sendo devidamente apoiados para alcançar a sua autonomia. -----

Referiu ter conhecimento de jovens que passaram pelo sistema de acolhimento e permaneceram a viver em Santa Maria da Feira, realizando a transição para a autonomia de forma independente, assumindo responsabilidades e construindo os seus projetos de vida, apesar da inexistência de uma resposta estruturada de autonomização no Concelho. Acrescentou que, em muitos casos, esta ausência de respostas leva jovens a regressar às suas origens, a contextos e comunidades onde anteriormente estiveram expostos a riscos sociais e situações de perigo. -----

Concluindo, deixou um apelo ao Sr. Presidente da Câmara e a todos os presentes, reconhecendo o potencial e a qualidade do concelho na área social, e felicitou a Câmara Municipal, nomeadamente pelo trabalho desenvolvido no âmbito do Mosaico Social. -----

Por fim, questionou se o Sr. Presidente da Câmara pondera desenvolver uma



João Cunha
R.

resposta para a realidade apresentada, referindo que, de acordo com o Relatório CASA 2024 do Instituto da Segurança Social, os apartamentos de autonomização se têm vindo a afirmar como uma resposta central em vários concelhos e distritos do país, em alinhamento com as orientações nacionais de desinstitucionalização do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. -----

Questionou igualmente se os jovens em contexto de acolhimento residencial podem esperar do Município a criação e implementação de medidas concretas que respondam a esta preocupação, que afirmou ser partilhada não apenas a título pessoal, mas também em nome de muitos jovens, a nível nacional e concelhio.-----

O **Sr. Presidente da Câmara** respondeu afirmando que a resposta à questão colocada é clara, que é afirmativa, propondo que, enquanto representante dos jovens, o interveniente pudesse dialogar, caso ainda não o tivesse feito, com os serviços de Ação Social da Câmara. Referiu que o Município de Santa Maria da Feira não deixará, seguramente, ninguém para trás, nem desprotegido, reafirmando que a intervenção poderá ser coordenada e feita juntos dos serviços de Ação Social. -----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia deu por encerrado o Período de Intervenção do Público.-----

Documentos presentes à sessão da Assembleia Municipal-----

Todos os documentos submetidos à presente sessão fazem parte integrante desta ata e ficam arquivados em pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

De seguida, e após feita a leitura da ata em minuta, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu a mesma a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta desta sessão. -----



fi

Nada mais havendo a tratar, às 01 horas e 40 minutos do dia 20 de dezembro de 2025, a Sra. Presidente da Assembleia encerrou a sessão de que se lavrou esta ata, que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

A Presidente,

O 1.º Secretário,

A 2.ª Secretária,

Mra Patrícia Faria da Cunha